



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

AIMÉE VITÓRIA BORGES BRITO

**TERRA, AR, ÁGUA E TERRITÓRIO: ALTERAÇÕES
CLIMÁTICAS E CONFLITOS NO ESTADO DA BAHIA**

Salvador

2025

AIMÉE VITÓRIA BORGES BRITO

**TERRA, AR, ÁGUA E TERRITÓRIO: ALTERAÇÕES
CLIMÁTICAS E CONFLITOS NO ESTADO DA BAHIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Colegiado de Geografia do Instituto Geociências da
Universidade Federal da Bahia como requisito para
obtenção do grau de Bacharel em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Cesar Zangalli Junior

Salvador

2025

Agradecimento

Eu agradeço, antes de tudo, a mim mesma, pela persistência, pela disciplina e pela capacidade de continuar avançando mesmo diante das dificuldades que surgiram ao longo deste trabalho. Reconheço o valor do meu próprio esforço e da determinação que me permitiu concluir esta etapa.

Agradeço especialmente à minha mãe, Creyde Borges, que esteve ao meu lado em todos os momentos. Sua ajuda, seu cuidado e seu apoio incondicional foram essenciais para que eu pudesse seguir firme. Nada disso teria sido possível sem a sua força, paciência e presença constante.

Agradeço também as minhas amigas, que me ofereceram apoio, incentivo e acolhimento nos momentos mais desafiadores. Principalmente a meu companheiros de TCC Nadson que estive todos os dias praticamente escrevendo comigo e a Felipe que mesmo sem obrigação esteve conosco como se estivesse fazendo seu próprio trabalho de finalização. Cada palavra e gesto de encorajamento fez diferença no andamento deste percurso.

Por fim, agradeço ao professor Paulo, meu orientador no mestrado, pela disponibilidade e atenção mesmo diante do tempo reduzido. Sua orientação e sensibilidade foram fundamentais para que este trabalho pudesse ser finalizado com segurança.

*I don't know half of you half as well as
I should like; and I like less than half
of you half as well as you deserve.*

Bilbo Baggins

Resumo

O trabalho analisa os conflitos territoriais no Estado da Bahia e sua relação com vulnerabilidades socioambientais associadas às alterações climáticas. Desenvolve-se como um estudo de caso voltado à compreensão de como disputas por terra, água e energia influenciam a produção do território e afetam comunidades que dependem diretamente desses recursos. A investigação reúne registros de conflitos, informações de uso da terra e projeções climáticas para interpretar como pressões ambientais e econômicas se combinam na região. Os resultados mostram que comunidades tradicionais, povos indígenas, quilombolas e grupos rurais enfrentam impactos mais intensos, especialmente em áreas onde o aumento da demanda por recursos se sobrepõe à redução da disponibilidade hídrica. O estudo conclui que a interação entre desigualdade territorial e alterações climáticas tende a ampliar tensões já existentes e reforça a necessidade de políticas que considerem os sujeitos que vivem e produzem nesses espaços.

Palavras-chave: território; conflitos socioambientais; alterações climáticas.

Sumário

Introdução	2
Justificativa	3
Metodologia	5
Referencial Teórico	8
Área de Estudo	10
Desenvolvimento	11
Conflitos por Terra	11
Conflitos por Água	23
Conflitos por Energia	32
Projeções Climáticas e o Brasil 2040	43
Projeções e os conflitos marcantes	45
Conclusão	55
Referências	57

Introdução

As disputas pelo uso do território, envolvendo água, terra e projetos de desenvolvimento energético, têm se intensificado no Estado da Bahia, revelando conflitos que expressam desigualdades sociais, econômicas e políticas historicamente construídas. As alterações climáticas, que já vêm se desenhando há alguns anos, não devem ser vistas apenas como pano de fundo, mas como elemento ativo na produção dessas tensões. O clima deixa de ser apenas o “cenário” onde os conflitos acontecem para, ao ser produzido socialmente, forjar as transformações do território, influenciando diretamente modos de vida, disponibilidade de recursos e formas de ocupação, dessa forma este Trabalho de conclusão de curso se insere no âmbito do projeto Territórios Climáticos Futuros: novos caminhos para a adaptação no Brasil financiado pelo CNPQ, qual tem sua foco na justiça ambiental e climática.

Nesse contexto, o estado da Bahia tem sido palco de disputas envolvendo água, terra e projetos de energia considerados renováveis. Entre essas energias, as fontes eólica e solar ganham destaque, pois, embora seja amplamente divulgada como sustentável, sua instalação e expansão carregam implicações territoriais que afetam comunidades locais e reconfiguram a dinâmica espacial.

É preciso sempre ter em mente o quanto um território é produzido, formado continuamente pela sociedade ali presente, assim como aqueles que desejam tal espaço. E ao observar estes movimentos é possível considerar que deve ser feita uma análise considerando possibilidades futuras de certas localidades, local onde entram as projeções climáticas, seus cuidados e planejamentos nelas baseados.

Assim, compreender esses conflitos requer olhar para o território como resultado de forças naturais, políticas, econômicas e sociais que se sobrepõem e se tensionam. É nesse cruzamento entre clima, desenvolvimento e disputa territorial que este trabalho se posiciona, buscando revelar as complexidades que marcam os interiores da Bahia e as condições que tornam esses espaços cada vez mais vulneráveis.

De acordo com o IBGE (2022) com um olhar mais generalista foi observado que continua o avanço das áreas antrópicas, especialmente Áreas agrícolas e Pastagens com manejo, sobre a vegetação natural em todo o país. Ainda assim, deve-se considerar que a formação do Estado da Bahia quanto ao seu uso da Terra não foi e nunca será ingênua ou feita por sucessão de coincidências. E a execução

de planejamentos que não consideraram sujeitos anteriores ali presentes acaba por resultar em conflitos, esses que demonstram o quanto a resistência de povos mostra sua vulnerabilidade, assim como sua luta.

Justificativa

A construção dessa pesquisa é justificada pela necessidade de entender como as alterações climáticas são influentes dentro dos conflitos que ocorreram no campo, dentro do Estado da Bahia, com foco nas localizações com mais destaques de conflitos, lembrando que este é mais um trabalho dentro de um projeto contínuo de pesquisas. É visível como, nas últimas décadas, as alterações que envolvem as questões climáticas vêm transformando, de forma assertiva, a dinâmica dos viventes do planeta, seja nas movimentações sociais, seja nos próprios contratos que a natureza tem consigo, transformando territórios e relações. Essas alterações de dinâmica afetam, de forma direta, as condições das populações tanto rurais quanto urbanas, especialmente aquelas que dependem das relações com a natureza para a sobrevivência.

No caso da Bahia, estado que apresenta grande diversidade climática e social e econômica, o semiárido ocupa uma região expressiva do território e abriga milhões de pessoas que convivem historicamente com a escassez hídrica. Com o avanço das alterações climáticas, essa escassez tende a se agravar, gerando tensões em torno do uso e da gestão dos recursos naturais, como a água. Esse cenário amplia as disputas entre agricultores familiares, comunidades tradicionais, grandes produtores rurais, empresas variadas e até o poder público, configurando um cenário que visa as inúmeras possibilidades de surgimento e intensificação de conflitos socioambientais no estado.

A importância desta pesquisa se encontra em demonstrar como as alterações climáticas não são apenas fenômenos ambientais, mas também processos que percorrem dimensões políticas, econômicas e territoriais, principalmente do Estado da Bahia. Assim, compreender essas relações de disputas e conflitos em cenários que serão nossa realidade é posto como essencial para que possamos ter uma base argumentativa para finalmente adentrar de forma equitativa no âmbito das políticas públicas sobretudo de adaptação, capazes de mitigar e talvez até prevenir tais conflitos.

Além disso, o estudo propõe contribuir para o debate acadêmico e social acerca da vulnerabilidade climática e das desigualdades ambientais, reforçando a importância de abordagens interdisciplinares entre os diferentes focos existentes dentro da Geografia, sendo em específico a Climatologia Geográfica e as relações atuais com seres humanos específicos, ou seja, as pessoas do campo e da cidade. Ao articular a análise espacial dos cenários climáticos projetados, como os apresentados pelo programa Brasil 2040, com a identificação de áreas conflituosas, principalmente pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), pretende-se construir um produto que una a dimensão humana e do espaço geográfico, oferecendo um olhar crítico sobre como as alterações climáticas e o poder se entrelaçam na produção e reprodução dos conflitos socioambientais. Por fim, a justificativa também se apoia na necessidade ética e social de promover um início do que se nomeia como justiça climática, conceito que vem tentando reconhecer a forma como os impactos das mudanças no clima desmoronam de maneira desigual sobre grupos sociais distintos.

No debate climático, é importante destacar também que a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (UNFCCC) estabelece uma distinção conceitual relevante ao definir “alteração climática” como um processo associado, direta ou indiretamente, à ação humana, capaz de modificar a composição da atmosfera global para além da variabilidade natural do clima, sendo observado ao longo de períodos comparáveis (UNFCCC, 1992).

Hipótese: As alterações climáticas no Estado da Bahia tendem a intensificar conflitos socioambientais, especialmente em região do semiárido

OBJETIVO GERAL

Analisar as possíveis relações entre as alterações climáticas e o surgimento ou agravamento de conflitos socioambientais no Estado da Bahia.

Objetivos Específicos:

Identificar os principais tipos de conflitos socioambientais registrados na Bahia nos últimos 3 anos

Mapear as áreas de maior vulnerabilidade climática segundo os cenários projetados pelo Brasil 2040.

Correlacionar as zonas de vulnerabilidade com os territórios onde há registro de disputas por recursos naturais, como água, terra e energia.

Metodologia

Essa pesquisa baseia-se no método materialista histórico e dialético, partindo da compreensão de que ela se apoia em um entrelaçamento de pesquisas e produtos preexistentes, a partir de uma análise crítica dos mesmos, tanto na catalogação de dados quanto nas projeções climáticas.

Por meio das pesquisas realizadas pela que faz a catalogação de conflitos no campo entre os anos de 2020 e 2024, foi possível obter dados referentes ao Estado da Bahia sobre conflitos envolvendo terra, água, trabalho, violência contra a pessoa e manifestações. Contudo, considerando que o foco desta pesquisa é compreender os conflitos nos quais as alterações climáticas podem interferir diretamente, foram selecionados apenas os conflitos por terra, água e energia.

Inicialmente, optou-se por utilizar o próprio conceito de conflito definido pela CPT, segundo o qual:

A Comissão Pastoral da Terra registra conflitos, os quais são entendidos como ações de resistência e enfrentamento que acontecem em diferentes contextos sociais no âmbito rural, envolvendo a luta pela terra, água, direitos e pelos meios de trabalho ou produção.

Em seguida, foram utilizadas as compilações anuais disponibilizadas pela CPT em formato PDF, acessíveis em seu site oficial. Cada compilação apresenta um design distinto, porém a estrutura do sumário mantém-se padronizada, o que facilita a localização dos dados desejados, apresentados inicialmente em tabelas na seção ‘Conflitos no Campo’ com as subseções de conflitos por terra e água. Dessa forma, foi feita uma compilação de ocorrências por município considerando todas as informações de 2020 a 2024, tanto de conflito por terra, quanto por água, assim

totalizando em 130 municípios (tabela 1) nos conflitos por terra e 57 por água (tabela 2), que obtiveram no mínimo 1 ocorrência em no mínimo um desses anos.

Ainda assim, apenas terra e água não seriam suficientes considerando o cenário mundial, logo houve uma procura por conflitos envolvendo energia. No momento que foi tratado sobre os conflitos de energia, optamos por focar na energia eólica, sendo utilizado como recorte para melhor localizar os estes conflitos: as comunidades tradicionais, visto que foi encontrado um aporte bibliográfico maior com focos em comunidades de Fundo de Pasto, por exemplo. Sendo assim, iniciou uma busca bibliográfica nesse recorte que consistiu em angariar um aporte bibliográfico pertinente à situação referente ao Estado da Bahia, a qual revelou o *Atlas do Potencial Eólico da Bahia* e o *Atlas Eólico da Bahia*.

Além disso, utilizou-se o relatório Brasil 2040, com suas projeções climáticas, como ferramenta para demonstrar os locais cujos conflitos podem ter sido intensificados ou desencadeados pelas alterações climáticas. Dessa forma, foi utilizado os cenários climáticos envolvendo os impactos nas seções de agricultura e usos da terra e nos impactos envolvendo energia. Assim, é preciso ter em mente a base ou *baseline* destas projeções, as quais envolvem “as grandes variáveis, como população, PIB, principais indicadores socioeconômicos” (BRASIL, 2013), por conseguinte os modelos utilizados dentro do Brasil 2040 foram os econométricos para assim ter uma base de dados de inventários de infraestrutura para o período 2010 —2040, dentre variados setores está o da água e da energia em nível estadual e das 12 grandes cidades brasileiras (BRASIL, 2013).

Para tal foi escolhido o conceito de vulnerabilidade de Blaikie et al. (2003) o qual define vulnerabilidade como “as características de uma pessoa ou grupo em termos de sua capacidade de antecipar, lidar com, resistir e recuperar-se dos impactos de um desastre climático” em seu livro *At risk*, segunda edição. Dessa forma, considerando esta definição como algo que expõe pessoas ou grupos mais vulneráveis como sendo aqueles mais susceptíveis a ter envolvimento com desastres climáticos, prosseguiu-se para o entendimento de como as alterações climáticas demonstram o funcionamento das desigualdades sociais envolvidas com a dinâmica climática. Ainda assim, foi considerado útil a inclusão desse autor e seu arcabouço teórico no que tange às discussões de vulnerabilidade, que mesmo ele tratando de causas naturais, podem facilmente ser postas nos cenários discutidos neste trabalho, mesmo com seus limitantes de época e recortes trabalhados.

No que tange a breve parte de geoprocessamento e produção de mapas, foram utilizados o software QGis Desktop 3.28.1, usando como principal fonte de dados o IBGE, sendo majoritariamente utilizados os dados WFS e por conseguinte para uso da terra dados do BDIA, os quais também são de fonte IBGE. Ainda assim, para dar a textura foram utilizadas imagens raster postas em sombreamento apenas no Estado da Bahia, imagens adquiridas através de um plugin de nome SRTM Downloader que consegue ofertar imagens SRTM com precisão de 90 metros do local que o usuário venha a demarcar, sendo assim ocorreu o recorte pelo shapefile do Estado da Bahia.

Quanto ao Risco climático por Índice de Segurança Hídrica utilizado no MapBiomass é uma construção de uma camada que integra dados da Agência Nacional da Água (ANA) para identificar áreas onde o alto risco físico se cruza com a vulnerabilidade sistêmica da segurança hídrica. Dessa forma, a ANA explica,

O Índice de Segurança Hídrica - ISH é o resultado da composição de suas quatro dimensões: Humana, Econômica, Ecológica e de Resiliência, consideradas em igualdade de condições. O valor do ISH é definido, então, pela média aritmética simples dos resultados não nulos das 4 dimensões em cada área de contribuição hídrica (microbacia) da base hidrográfica otocodificada do Brasil (BHO versão 2013).

Sendo assim, é possível encontrar toda a formação do índice em seu site de métodos presentes na bibliografia deste trabalho.

A correlação entre os conflitos atuais e as projeções climáticas foi realizada a partir da superposição de três conjuntos de informações: (1) os registros de conflitos por terra, água e energia identificados pela CPT e por reportagens; (2) tabelas produzidas nesta pesquisa, indicando quais municípios apresentam continuamente a presença de conflitos; e (3) os cenários climáticos do Brasil 2040. A partir desse cruzamento, observou-se que municípios que acumulam diferentes tipos de conflito tendem a apresentar maior sensibilidade às alterações climáticas, pois a redução de água superficial, o prolongamento das secas e a maior disputa por terra produtiva podem amplificar tensões pré-existentes. Assim, as projeções climáticas não apenas ajudam a compreender a intensificação desses conflitos, mas indicam que áreas já fragilizadas social e territorialmente possuem maior probabilidade de experimentar agravamentos futuros.

Referencial Teórico

O referencial teórico desta pesquisa tem como base as reflexões de Henri Acselrad, especialmente em sua obra *Conflitos Ambientais no Brasil* (2004), que propõe uma leitura crítica sobre as disputas socioambientais e suas múltiplas dimensões. O autor entende que os conflitos ambientais aparecem porque o acesso e o uso dos recursos naturais são desiguais. Quando ele fala da “crise ambiental”, que ganhou força no debate público no final do século passado, mostra que esse momento foi visto como uma espécie de “tomada de consciência” ou “consciência ambiental”. Porém, como lembra Henri, essa consciência não surge de forma inocente; ela é construída dentro de disputas e interesses que influenciam como enxergamos e usamos o território. Estas nomeações que ele deslocou de sua realidade para dentro de seu texto podem ser facilmente carregadas para a temática da pesquisa visto que, os conflitos no campo, aqui tratados entre os conflitos por água e por terra refletem relações históricas de poder. Nesse sentido, as disputas por terra, água e outros bens comuns são vistas não apenas como eventos isolados, mas como manifestações estruturais das contradições entre diferentes modos de uso e significação do território. Ainda assim, é preciso ter em mente que mesmo no caso dos conflitos por água e outros bens comuns, como energia, no final são conflitos por território, por terra.

A análise de Acselrad contribui para compreender que o território é um espaço político e relacional, no qual diferentes atores sociais buscam garantir suas formas de sobrevivência, produção e permanência. Esse olhar é crucial para esta pesquisa, que investiga como as alterações climáticas intensificam os conflitos no Estado da Bahia, especialmente nas áreas do semiárido, onde a vulnerabilidade ambiental e social é mais acentuada. Assim, o pensamento do autor auxilia na construção de uma leitura que articula as dimensões físicas e sociais dos conflitos, destacando que os efeitos climáticos se somam às desigualdades preexistentes e ampliam as disputas por recursos naturais. Desse modo, a teoria de Acselrad orienta a compreensão de que os conflitos socioambientais são também disputas por justiça e reconhecimento territorial.

Outra autora que contribui de forma significativa para esta pesquisa é Andréa Souza Santos, que em sua dissertação de mestrado intitulada *Vulnerabilidades socioambientais diante das mudanças climáticas projetadas para o semiárido da*

Bahia realiza uma análise detalhada sobre os impactos das alterações climáticas nas dinâmicas ambientais e sociais do semiárido baiano, evidenciando como principalmente às variações climáticas afetam os modos de vida das populações locais de forma direta. Sua forma de conduzir combina a parte física do clima com a parte social da vulnerabilidade, ressaltando os efeitos das mudanças ambientais.

A pesquisa de Santos também destaca o território baiano como um espaço de coexistência entre a precariedade e a resistência, a autora contribui para a compreensão de que os fenômenos climáticos estão ligados às desigualdades estruturais. Desse modo, sua dissertação reforça a necessidade de integrar as dimensões socioambientais e políticas no estudo dos conflitos no semiárido, oferecendo uma base teórica essencial para relacionar vulnerabilidade, clima e disputas territoriais na Bahia, visando a motivação desta pesquisa.

Já sob a ótica da Justiça Ambiental, tem-se a autora Iris Marion Young que desloca o foco da justiça de uma mera distribuição de bens para a análise da inclusão política e da representação da diferença, aspectos diretamente ligados à vulnerabilidade climática e à disputa por recursos. Isso, visto que Young tem como crítica à representação universalista das questões envolvendo justiça, isto é, ocorre uma negligência ao que ela chama de "perspectivas sociais", sendo estes os particulares dos grupos minoritários. No contexto baiano, as alterações climáticas e a escassez de recursos (como água e terra) não afetam a todos de forma neutra, sendo assim não é plenamente levado em conta a forma necessária da distribuição e gestão de recursos.

Ainda foi viável pincelar uma menção de Carlos Walter (2006) quando o autor menciona como que as gestões têm seu foco no ideal urbano, assim fazendo com que o rural, ou o campo, seja deixado às próprias experiências enquanto prossegue sendo gerido com uma perspectiva social urbana, o que reverbera nas feitura e aplicações das políticas públicas.

O estudioso Blackie (2003) em seu livro *At Risk*, descreve vulnerabilidade "*the characteristics of a person or group and their situation that influence their capacity to anticipate, cope with, resist and recover from the impact of a natural hazard*", em outras palavras, pode ser dito como a capacidade de uma pessoa ou grupo de se erguer mediante situações naturais que atuem contra si, contudo mesmo considerando estes conflitos não tem motivação natural, como desastres naturais, é válido ressaltar a forma como estes grupos resistem, tentam antecipar situações e

prosseguir com presentes em seu território. Ainda assim, este autor faz menção a como a vulnerabilidade pode ser medida pelos danos e como inicialmente foi posta como a capacidade de se proteger, assim criando o questionamento sobre a capacidade de proteção desses diferentes sujeitos presentes nos conflitos.

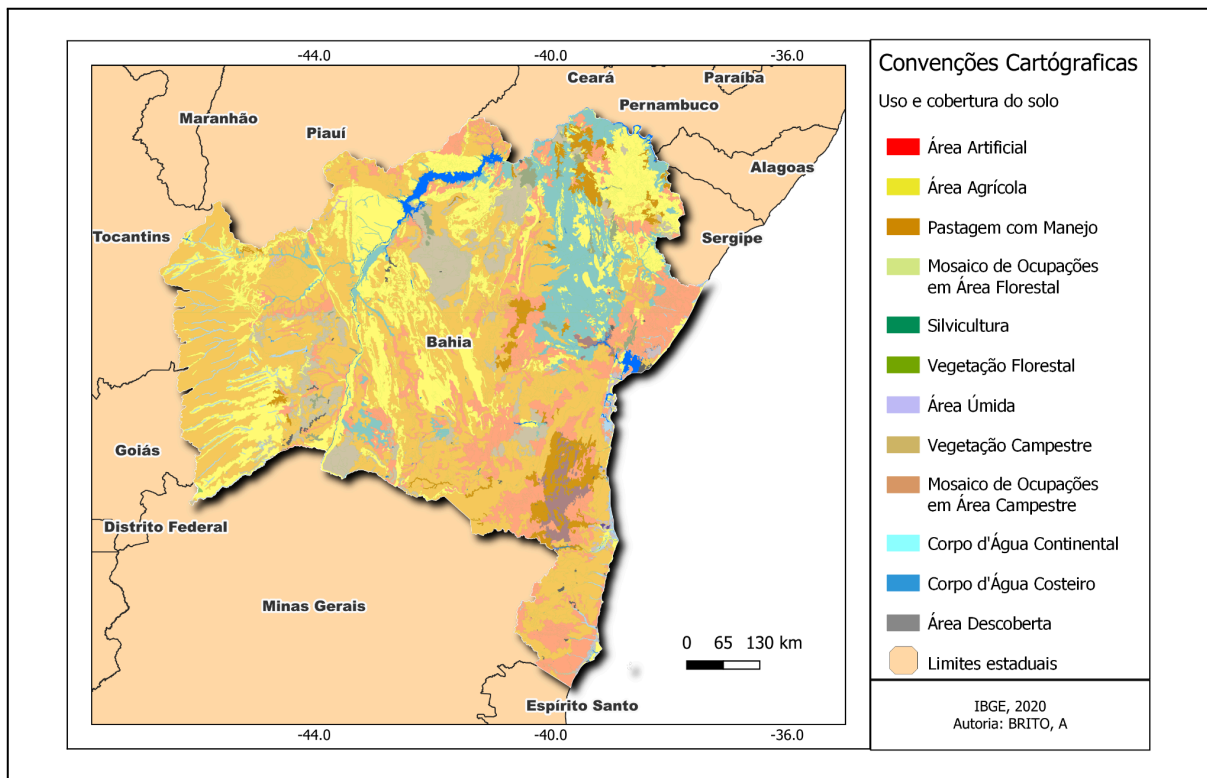
Área de Estudo

A área de estudo desta pesquisa corresponde, de forma principal, às regiões Oeste e Centro-Oeste do Estado da Bahia, definidas a partir de um recorte analítico progressivo. Inicialmente, o estudo considerou o conjunto do território baiano, tendo em vista que as projeções do projeto Brasil 2040 operam em escala estadual e regional, o que exigiu uma leitura ampla das dinâmicas territoriais e socioambientais do estado. Essa abordagem permitiu identificar padrões gerais relacionados às transformações no uso da terra, às dinâmicas climáticas e às disputas territoriais.

A partir dessa leitura mais abrangente, o recorte espacial foi direcionado para os interiores da Bahia, com destaque para as regiões Oeste e Centro-Oeste, que se sobressaíram como áreas de maior relevância empírica para a pesquisa. Essa definição fundamenta-se, sobretudo, na análise dos Cadernos de Conflitos no Campo, da Comissão Pastoral da Terra (CPT), que indicam a recorrência e intensidade de conflitos nas porções do campo do território baiano. As referências a outras áreas do estado, como o litoral baiano, são utilizadas de forma contextual, com o objetivo de evidenciar a abrangência das projeções do Brasil 2040, sem alterar o recorte espacial central adotado.

Um traço inicial que deve ser lembrado é como o par relevo e solo ainda se encontram como uma questão participativa quando tratado dos planejamentos para determinados territórios. Como certos espaços são manipulados e escolhidos a dedo por terem melhores estruturas é algo a ser tratado, visto que a tecnologia avançou e avança a cada momento mas ainda não é possível remodelar a todo um mundo ao gosto dos agentes hegemônicos e suas vontades.

Dessa forma o Mapa 1 deve ser tratado com atenção, visto que os locais onde o uso da terra são postos como área agrícola são localidades que facilitam a inserção do que for desejado pelo seu relevo propício e a pedologia que permite tratamento para os desejados usos.



Fonte: BRITO, 2025

Desenvolvimento

Conflitos por Terra

Na Bahia, a ampliação recente dos conflitos por terra se materializa mais intensamente por meio da expansão do agronegócio no Oeste e da especulação turística e imobiliária no Litoral Sul, produzindo reconfigurações territoriais que ampliam tensões e deslocamentos.

Tabela 1 - Tabela de Conflitos de Terra

Município	CPT 2020	CPT 2021	CPT 2022	CPT 2023	CPT 2024
Alcobaça	0	0	0	0	1
Andorinha	1	0	0	0	0
Antônio Gonçalves	0	6	12	0	0
Baianópolis	0	0	2	0	0
Banzaê	0	0	0	2	0
Barra	6	10	4	7	0

Barreiras	6	1	2	0	0
Barro Alto	2	1	0	0	1
Bom Jesus da Lapa	1	4	4	6	4
Bonito	0	0	0	2	0
Brotas de Macaúbas	7	1	0	0	0
Buerarema	8	2	2	0	0
Buritirama	0	1	0	1	0
Cachoeira	0	0	1	2	0
Caetité	1	2	0	0	4
Cafarnaum	1	0	0	0	0
Cairu	1	2	1	5	1
Caldeirão Grande	1	0	0	0	0
Camacan	0	0	0	1	0
Camaçari	0	1	0	0	0
Camamu	2	1	0	0	0
Campo Alegre de Lourdes	4	3	0	4	3
Campo Formoso	0	12	22	0	0
Candeias	0	1	0	0	2
Cansanção	0	0	0	2	0
Canudos	2	1	2	2	0
Capim Grosso	3	0	0	0	0
Caravelas	0	0	2	4	3
Carinhanha	4	1	0	4	4
Casa Nova	4	0	1	2	3
Cocos	0	0	0	1	0
Conceição do Almeida	0	0	1	1	0

Cordeiros	2	0	0	1	3
Coribe	0	1	2	0	0
Correntina	2	11	15	19	19
Curaçá	1	2	0	0	0
Érico Cardoso	0	1	0	0	0
Euclides da Cunha	1	0	3	2	0
Eunápolis	2	0	1	0	2
Formosa do Rio Preto	0	15	0	6	1
Gandu	1	0	0	0	0
Gentio do Ouro	0	0	1	4	1
Glória	0	0	0	0	1
Gongogi	1	0	0	0	0
Guaratinga	0	0	3	1	0
Ibipeba	2	1	0	0	1
Ibirapuã	0	0	0	1	1
Ibotirama	0	0	0	1	1
Ilhéus	8	5	2	4	0
Iraquara	0	0	0	0	1
Itabela	1		1	2	5
Itaberaba	0	1	0	1	0
Itaeté	0	0	8	0	2
Itaguaçu da Bahia	0	1	1	3	1
Itaju do Colônia	0	0	0	2	0
Itamaraju	2	1	9	4	0
Itanhém	0	0	0	1	0
Jaborandi	0	1	2	0	0
Jacobina	0	1	2	1	0

Jaguaquara	0	0	0	6	0
Jaguarari	2	1	0	0	1
Jeremoabo	0	0	1	0	0
João Dourado	0	0	0	0	0
Juazeiro	1	2	0	0	2
Lajedinho	0	0	0	1	0
Lauro de Freitas	1	1	0	1	2
Lençóis	0	0	0	0	2
Licínio de Almeida	1	1	6	1	3
Macajuba	0	0	0	2	0
Madre de Deus	0	1	0	0	1
Malhada	0	1	0	0	0
Maracás	0	0	0	3	0
Maragogipe	0	0	0	1	1
Mata de São João	0	0	0	1	0
Mirangaba	10	5	9	1	0
Monte Santo	7	0	0	0	0
Morro do Chapéu	1	0	0	0	0
Mucuri	0	1	0	2	0
Muquém de São Francisco	0	0	1	0	0
Muquém de São Francisco	6	0	0	0	0
Nilo Peçanha	0	0	0	1	0
Nordestina	12	0	0	12	0
Nova Viçosa	0	0	1	3	3
Novo Horizonte	0	0	0	1	3

Oliveira dos Brejinhos	0	1	0	1	0
Palmeiras	0	0	1	0	0
Paratinga	0	0	1	0	0
Pau Brasil	0	0	1	0	0
Paulo Afonso	0	1	5	0	0
Piatã	6	3	1	1	4
Pilão Arcado	2	0	0	0	1
Pindaí	0	4	0	0	3
Piripá	1	0	0	1	0
Piritiba	0	0	1	1	1
Planaltino	0	0	0	2	0
Ponto Novo	0	1	1	0	3
Porto Seguro	4	5	12	12	5
Potiraguá	0	0	0	0	1
Prado	8	4	12	11	5
Quijingue	0	0	0	1	0
Rafael Jambeiro	0	0	0	1	0
Riachão das Neves	0	0	1	0	1
Riacho de Santana	0	0	1	1	0
Ribeira do Pombal	0	0	0	1	0
Rodelas	0	1	0	0	0
Ruy Barbosa	1	4	3	1	0
Salinas da Margarida	1	1	0	0	0
Salvador	0	1	1	0	1
Santa Cruz Cabralia	3	3	2	1	0
Santa Maria da Vitória	0	0	5	0	6

Santo Amaro	0	0	2	2	0
São Desidério	0	1	5	0	0
Senhor do Bonfim	0	1	1	0	0
Sento Sé	0	3	0	14	0
Serra do Ramalho	3	1	0	0	0
Serra Dourada	0	0	1	0	0
Simões Filho	1	2	0	1	1
Souto Soares	1	2	0	0	1
Tabocas do Brejo Velho	0	0	1	0	0
Teixeira de Freitas	0	0	0	1	0
Tremedal	0	0	0	0	1
Ubaíra	0	0	0	0	1
Uibaí	0	0	0	0	6
Una	11	6	2	0	0
Utinga	0	1	0	0	0
Valença	0	0	0	1	0
Vitória da Conquista	1	0	5	0	1
Wanderley	0	0	0	0	1
Wenceslau Guimarães	1	0	0	0	0
Xique-Xique	0	1	1	3	1

Fonte: CPT; BRITO, 2025

A ampliação recente dos conflitos por terra em municípios como Barra, Campo Formoso, Correntina, Santa Maria da Vitória, Itabela, Porto Seguro e Prado, como mostra a tabela 1, revela a intensificação das pressões territoriais decorrentes da expansão econômica seletiva. Esse processo demonstra, como diz Harvey (2003, p. 115), em uma lógica de “*acumulação via espoliação*”, na qual recursos comuns e territórios historicamente ocupados passam a ser apropriados por agentes

econômicos com maior poder político e financeiro. Ainda assim, em seu texto Harvey traz noções de Rosa Luxemburgo:

A acumulação do capital, na ausência de fortes correntes de mudança tecnológica poupadora de trabalho, requer o aumento da força de trabalho, que pode acontecer de várias maneiras. O aumento da população é importante (e a maioria dos analistas esquece convenientemente os cuidados que o próprio Marx tomou quanto a isso). O capital também pode se apropriar de "reservas latentes" de um campesinato ou, por extensão, mobilizar mão-de-obra barata de colônias e outros ambientes externos. Se isso não der certo, o capitalismo pode usar seus poderes de mudança tecnológica e investimento para induzir ao desemprego (dispensas), criando assim, diretamente, um exército industrial de reserva de trabalhadores desempregados. (HARVEY, p118)

Situação a qual está diretamente ligada com a situação do campo, sua evolução no âmbito tecnológico e como está ocorrendo um êxodo para o urbano, visto o cenário dessas “reservas latentes” existentes no meio rural. Dessa forma, Harvey (2004, p121) diz que “O agronegócio substituiu a agropecuária familiar. E a escravidão não desapareceu .”, demonstrando o quanto este povo esta em uma situação de resistência apenas ao tentar acordar na mesma terra que seus antepassados, a vulnerabilidades passada por estas inumeras familias que travam conflitos por terra é plenamente marcada pela sede de não se deixar vencer e prosseguir.

Deste modo, é visível como que não há uma real importância para a “consciência ambiental” (ACSELRAD, 2004) como pode ocorrer em discursos diversos, mas sim um projeto capitalista envolvendo expulsão de populações camponesas e a formação de um proletariado sem terra (HARVEY, 2003).

Estes municípios têm algo em comum, para além de seus conflitos: O seu relevo. Todos os municípios mencionados pela evolução de seus conflitos estão em uma localização atraente por sua característica minimamente planificada, alguns casos podem haver serras próximas mas não estão inseridas no município em si, ou seja, com menos complicações de transportes e as tecnologias para os mais diferentes empreendimentos podem ser instaladas nessas localidades. Da mesma forma, como empreendimentos veem tais locais como possibilidades, Carlos Walter nos lembra de como não é visto como sujeito aquele que não tem um modo de produção similar ao dito ideal, e os agentes hegemônicos que o decidem veem os sujeitos do campo como seres muito distantes do ideal.

Os quadros classificatórios da CPT evidenciam que os conflitos não se distribuem de forma homogênea entre os municípios, mas incidem de maneira

diferenciada sobre grupos sociais específicos, reafirmando que o processo de produção desigual do espaço afeta sobretudo aqueles cuja relação com o território é coletiva e historicamente consolidada (SANTOS, 2008).

Nos municípios de Correntina, Barra e Campo Formoso, os registros mostram que a maior parte das ocorrências envolve camponeses de Fundo e Fecho de Pasto, os quais constituem comunidades com uma forma específica de campesinato presente no sertão semiárido baiano, caracterizada pelo uso comum da terra e pela criação extensiva de caprinos e ovinos em áreas de pastagens comunitárias, prática construída historicamente e mantida por meio de formas coletivas de organização territorial (CAMAROTE, s.d.). Esses grupos mantêm uma relação tradicional com o território, baseada no uso comunal e na continuidade dos modos de vida. O aumento dos conflitos nesses locais indica que essas comunidades estão sob forte pressão, principalmente pela expansão de atividades econômicas que não reconhecem ou não respeitam essas formas de ocupação. No município de Barra, o qual possui 42% de Latossolo Amarelo, o qual demonstra viáveis produções após correções, possui um cenário de pessoas atingidas ainda mais amplo: além dos grupos de Fundo e Fecho de Pasto, há registros envolvendo quilombolas e posseiros, demonstrando a ampliação de suas vulnerabilidades como comunidades tradicionais, a forma como que para conseguirem se proteger, antecipar e se erguer de conflitos está ficando cada vez mais difícil, isso por cada vez mais haver mais investidas nessas localidades (Blaikie et al. 2003).

Isso mostra que o território de Barra é disputado por diferentes populações tradicionais, e que a sobreposição dessas territorialidades se torna um fator que intensifica os conflitos. Com isso, percebe-se que há uma diversidade maior de sujeitos afetados, indicando uma complexidade fundiária que precisa ser considerada. Já em Porto Seguro, Prado e Itabela, os conflitos recaem principalmente sobre povos indígenas. Nesses municípios, a pressão é resultado direto da disputa histórica por terras tradicionalmente ocupadas por esses povos.

Ao observar quem são as pessoas envolvidas nesses conflitos, percebe-se que os registros da CPT reforçam a produção desigual do território. Comunidades tradicionais, povos indígenas e quilombolas continuam sendo os grupos mais expostos às pressões territoriais, mostrando que os conflitos não são casos isolados, mas fazem parte de uma estrutura histórica de desigualdade.

A análise desses cenários de conflitos também pode ser aprofundada a partir das cinco faces da opressão propostas por Iris Marion Young (2006), as quais serão destrinchadas ao decorrer deste trabalho, que ajudam a compreender como desigualdades estruturais se reforçam nos territórios baianos. A primeira face, chamada de exploração, aparece de forma evidente quando o agronegócio, o setor energético e empreendimentos diversos se beneficiam diretamente dos recursos naturais, como terra e água, que sustentam os modos de vida de comunidades tradicionais, nesse processo, essas populações acabam recebendo os impactos sociais e ambientais mais intensos. A segunda face, a marginalização surge quando povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e comunidades de fundo e fecho de pasto são excluídos das decisões sobre o território e não conseguem acessar políticas públicas que garantam sua permanência.

Esse padrão revela que a disputa pela terra não é apenas por área física, mas envolve formas de vida, modos de uso da natureza, relações sociais que entram em choque com modelos econômicos dominantes e a forma como pensam a configuração deste espaço (SANTOS, 2014).

Os dados de uso e cobertura da terra ajudam a entender por que esses conflitos aumentam justamente sobre esses grupos, como mostra a Figura 1, sendo uma utilização comparativa da plataforma Mapbiomas, em que o que está de cor verde significa áreas postas como Naturais, como Formação Florestal, Formação Savânica, Mangue, Floresta Alagável, Restinga Arbórea, Campo Alagado e Área Pantanosa, Formação Campestre, Apicum, Afloramento Rochoso, Restinga Herbácea, Praia, Duna e Areal, Água, Rio e Oceano e as áreas Antrópicas de amarelo entendidas como Pastagem, Soja, Cana, Arroz, Algodão, Outras Lavouras Temporárias, Café, Citrus, Dendê, Silvicultura, Mosaico de Usos, Área Urbanizada, Mineração, Empreendimento Fotovoltaico, Aquicultura, Usina Fotovoltaica.

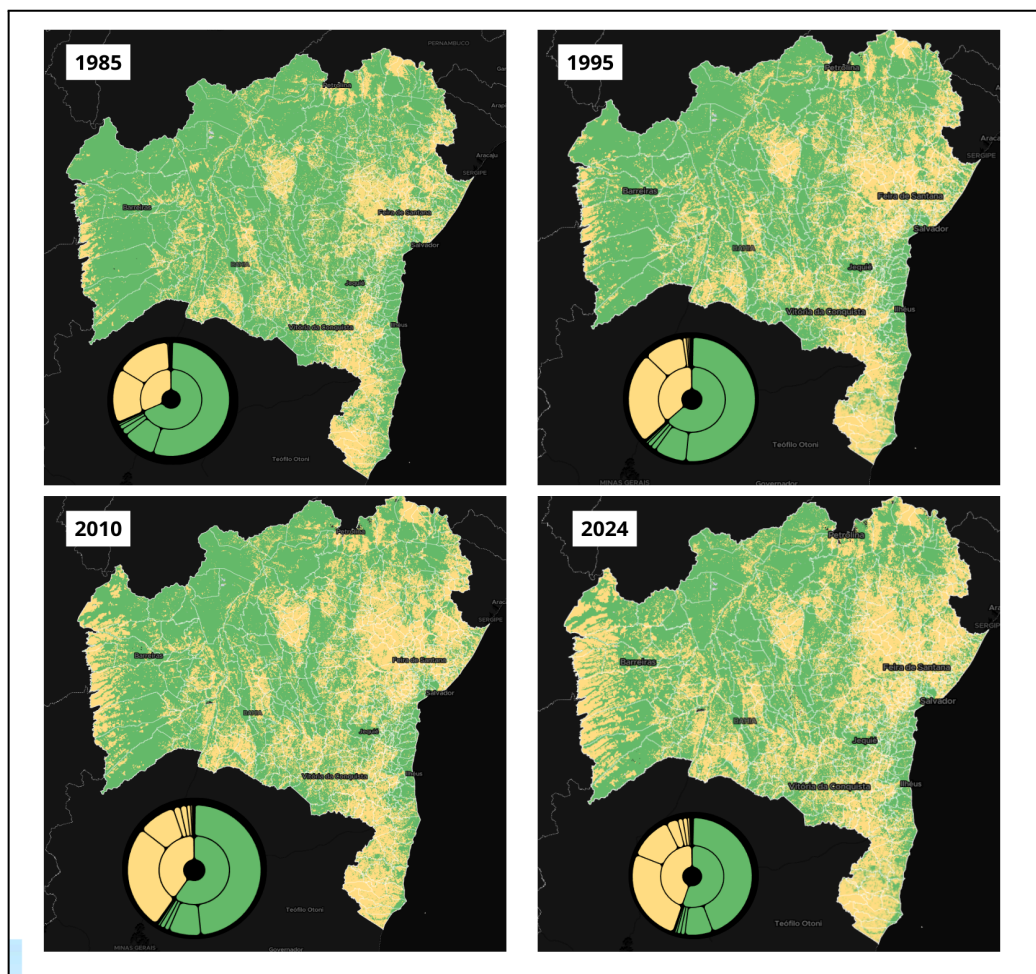
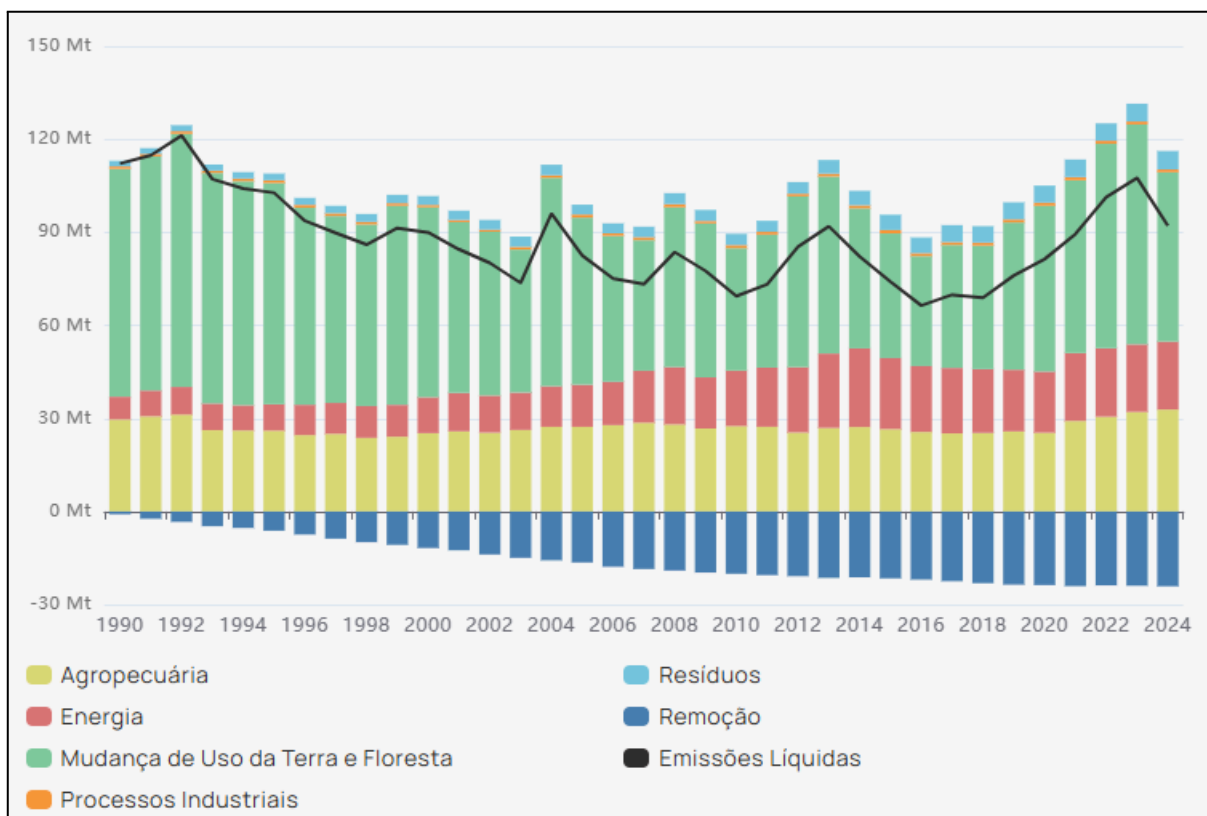


Figura 1 - Crescimento da ação antrópica na Bahia

Fonte: Mapbiomas

Em várias regiões, como no Oeste da Bahia, o avanço de pastagens e monoculturas mecanizadas tem comprimido as territorialidades tradicionais. Processos semelhantes ocorrem no Litoral Sul, onde a pressão turística e imobiliária transforma as paisagens e reduz o acesso de comunidades que vivem ali há gerações. Nesse sentido, segundo O Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa, que é uma iniciativa do Observatório do Clima, é possível ver a emissão de GEE (Gases do Efeito Estufa) aumentando, principalmente depois de 2020 (figura 2) no Estado da Bahia, em sua maioria este aumento veio da agricultura, essa que progressivamente tem um histórico de já estar em busca de expansão e da energia que ao longos dos anos, principalmente 2006, vem aumentando.

Figura 2 - emissões de CO2



Fonte: Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa

Essa reorganização territorial produz um espaço fragmentado, onde certas atividades são valorizadas e outras são empurradas para a margem. Isso, com o adicional de que o Brasil adentrou no mercado de carbono, sendo assim os setores com suas limitações de poluente irão procurar expandir esse limite o quanto for possível, mesmo que isso acabe em conflitos com sujeitos existentes nos territórios de interesse.

É exatamente nesse contexto que comunidades tradicionais perdem autonomia e enfrentam dificuldades em resistir em seus modos de vida (Blaikie et al. 2003). Assim, o conflito não é apenas sobre posse, mas sobre o direito de existir e permanecer em um território que está sendo reconfigurado em uma velocidade alarmante. Santos, 2014, diz:

Na sua relação com a natureza, o homem não tem uma atitude de repetição, mas, sim, de invenção. Já os outros animais se limitam a simples repetição, no decorrer dos séculos. Ao repetir o gesto inicial, ele difere e aumenta o número de gestos, aprimora-se. O trabalho do homem aumenta a sua inteligência. E o trabalho é um processo de troca recíproca e permanente entre o Homem e a Natureza.(SANTOS, p.96, 2014)

Assim, é visível como ocorreu uma mudança total na compreensão do que é esse processo de troca do Homem e a Natureza, logo que o sistema de acumulação (HARVEY, 2003) deixou de considerar o processo como uma troca e, sim um abuso não apenas com a própria natureza, mas também com aqueles que ainda a compreendem como um ser e que o sistema deve permanecer com a troca como sua base de processo.

Ao mesmo tempo, esse cenário também mostra a resistência dessas populações. Mesmo diante da pressão, grupos como os de Fundo e Fecho de Pasto, quilombolas e povos indígenas se mobilizam, buscam reconhecimento de seus territórios e tentam manter seus modos de vida. Essa resistência é importante, porque revela que o território é também um espaço de luta, onde diferentes sentidos e usos disputam permanência. E essa disputa fica ainda mais evidente quando olhamos para municípios como Barra, onde diferentes grupos são atingidos, mostrando a complexidade do conflito fundiário na região.

A exemplo disso em sua aba de notícias a CPT (2024) traz a manchete *“Problemas começaram a partir da implantação do polo Agroindustrial e Bioenergético”*, demonstrando um aumento significativo nas invasões e pressões territoriais sobre comunidades tradicionais de Barra e Muquém de São Francisco que ocorreram no ano de 2023, logo estão catalogadas no “Caderno de Conflitos no Campo – Brasil 2023”. Ainda na notícia em questão é evidenciado que *“Entre os diversos conflitos, os mais graves hoje situam-se nas comunidades quilombolas Igarité e Curralinho, ambas no município da Barra”* mostrando qual a categoria que está sofrendo mais pressão territorial.

Ainda segundo a notícia, o novo Polo Agroindustrial e Bioenergético que está sendo implementado não tem seus limites bem referenciados e demonstra a situação que ficarão mais municípios além de Barra:

Não se sabe exatamente quais são os limites do polo. O foco da expansão do agronegócio se concentra atualmente em Muquém do São Francisco e Barra, gerando uma série de conflitos territoriais em terras indígenas demarcadas; em áreas de comunidades tradicionais, em processo de regularização; e assentamentos de reforma agrária. Mais: a previsão é que seria ampliado até os municípios de Xique-Xique, Santa Maria da Vitória e Pilão Arcado. (Comissão Pastoral da Terra, 2024)

Segundo a apresentação do projeto da Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE) este polo tem previsão de ofertar aproximadamente 26 mil empregos diretos, com o adicional de investimentos privados de R\$ 3,1 bilhões nos

sete empreendimentos em implantação e nos cinco em análise, nos municípios de Barra, Muquém de São Francisco e Xique-Xique. Ainda, na notícia do CPT, é feita a menção de que o governador “parece desconsiderar as aldeias indígenas e comunidades tradicionais localizadas ao longo das margens dos rios” demonstrando majoritariamente a quem está servindo a implementação desse polo, contudo é dito que sua instalação será positiva pela criação de empregos e pelo suposto bem que agro fará na região, como menciona a notícia:

De acordo com a propaganda feita pelo Governo baiano, o polo é “a mais nova fronteira agrícola baiana, uma nova Luís Eduardo Magalhães”**. Com os argumentos de que o sol brilha em favor do agro, que o preço da terra ainda é acessível comparado a outros estados e há água em abundância, os governantes atraíam futuros investidores para Muquém e Barra.(Comissão Pastoral da Terra, 2024)

Assim, é possível que nos futuros cadernos de conflitos estejam mais municípios com dados de ocorrência mais chamativos, isso, tendo em vista que os locais mencionados na notícia já foram catalogados com certos conflitos por terra.

Conflitos por Água

Os conflitos por água na Bahia não podem ser vistos apenas como disputas isoladas, eles fazem parte de um processo mais amplo de produção desigual do espaço. Como argumenta Acselrad (2004), os conflitos ambientais emergem quando grupos diferentes, com poderes desiguais, disputam o acesso e o uso dos recursos naturais, ou seja, como aponta Acselrad (2004) “as sociedades produzem a sua existência tendo por base tanto as relações sociais que lhes são específicas como os modos de apropriação do mundo material que lhes correspondem”.

Essa noção ajuda a compreender por que, no Estado, regiões marcadas pelo avanço do agronegócio irrigado e pela pressão sobre rios e aquíferos vêm registrando um aumento expressivo de tensões envolvendo o direito à água. Ainda assim, Acselrad (2004) traz um dizer que ocorreu em um conflito pela água:

Um importante executivo de uma empresa multinacional canadense, por exemplo, afirmou: “A água deixou de ser um bem infinito de oferta

assegurada e tornou-se uma necessidade racionada que deve ser tomada pela força”. (ACSELRAD 2004)

Como ocorre nos conflitos por terra, também aqui a disputa se materializa de forma territorializada. No Oeste baiano, por exemplo, a expansão de monoculturas mecanizadas intensifica a competição pelo uso da água, afetando diretamente comunidades tradicionais, pequenos agricultores e populações ribeirinhas. Quando o acesso à água é concentrado mãos de poucos em nome do capital, ela deixa de ser apenas um bem natural e passa a se tornar um instrumento de poder, como pode ser visto na tabela 2 os conflitos por água, por poder e por decisões na vida de inúmeras pessoas.

Tabela 2 -Tabela de Conflitos de Água

Conflitos agua					
Município	CPT 2020	CPT 2021	CPT 2022	CPT 2023	CPT 2024
Andaraí	0	3	0	1	0
Andorinha	0	1	1	0	0
Antônio Gonçalves	0	0	3	0	0
Arataca	0	0	0	1	0
Barreiras	0	11	2	1	1
Belmonte	1	0	0	1	1
Boninal	0	1	0	0	0
Brotas de Macaúbas	0	0	0	0	0
Cachoeira	1	0	0	0	0
Caetité	1	9	2	0	1
Cairu	0	2	1	0	0
Camaçari	0	0	1	0	0
Camamu	0	1	0	0	0
Campo Formoso	0	0	1	0	0

Canavieiras	1	0	0	0	0
Candeias	1	2	0	0	0
Cansanção	0	0	0	0	0
Canudos	0	0	0	1	0
Casa Nova	0	0	1	0	0
Cordeiros	1	0	0	0	0
Coribe	0	1	0	0	0
Correntina	0	3	3	2	10
Érico Cardoso	0	1	0	0	0
Formosa do Rio Preto	0	0	0	2	0
Ilhéus	0	1	0	0	0
Ipirá	0	1	0	0	0
Iraquara	0	1	0	0	0
Iraquara	0	1	0	0	0
Itaeté	0	0	0	0	1
Itaguaçu da Bahia	1	0	1	0	0
Jaborandi	0	1	0	0	0
Jacobina	1	1	0	0	0
Lajedinho	0	2	0	3	0
Lençóis	0	6	0	5	1
Licínio de Almeida	0	1	2	0	0
Madre de Deus	1	2	0	0	0
Maragogipe	1	0	0	0	0
Mata de São João	0	0	1	0	0
Nordestina	0	1	1	0	0
Novo Horizonte	0	0	0	1	0

Piatã	1	1	2	0	2
Pindaí	0	18	0	0	1
Ruy Barbosa	1	0	0	0	0
Salinas da Margarida	1	0	0	0	0
Salvador	2	2	1	0	1
Santa Cruz Cabralia	0	0	0	0	0
Santa Maria da Vitória	0	4	0	1	0
Santo Amaro	0	0	0	1	0
São Desidério	0	1	2	1	0
Sento Sé	11	10	0	4	0
Simões Filho	3	1	0	0	2
Taperoá	0	0	0	0	1
Ubaitaba	0	0	0	1	0
Una	1	0	0	0	0
Vitória da Conquista	1	0	0	0	0
Wagner	0	8	0	9	0
Xique-Xique	1	0	1	0	0

Fonte: CPT; BRITO, 2025

Ao observar a tabela foi notado que um município chamou muita a atenção quanto a evolução numérica de seus conflitos, sendo este Correntina, o qual também chamou atenção nos conflitos por terra, além de também apresentar o mesmo solo de Barra com suas possibilidades de correções para diversas produções. Considerando que a maioria dos tipos de conflito envolvem o uso e preservação com a situação de diminuição do acesso à Água, essa situação remete a um conflito mencionado por Acseirad (2004):

A “guerra pela água”, envolvendo as comunidades camponesas nas cidades bolivianas de Cochabamba e Achacachi, em 2000, as rebeliões antiprivatistas ocorridas em Arequipa no Peru em 2002 e a insurreição indígena nucleada pela contestação dos acordos de exploração de gás, que

resultou na renúncia do presidente da Bolívia em 2003, vieram mostrar que o modo de apropriação, exploração, uso e regulação dos processos ecológicos da base material do desenvolvimento é visto como questão decisiva pelas populações que acreditam, a seu modo, depender da “Natureza” para a construção de seu futuro. (ACSELRAD 2004)

Os conflitos por água revelam não apenas a crise hídrica em si, mas a forma como o território é organizado para favorecer determinados usos, enquanto outros são marginalizados, principalmente aqueles que envolvem sujeitos de comunidades tradicionais e/ou povos originários.

No caso do município de Correntina, ao observar a progressão hídrica de espaço natural para o espaço de uso antrópico, é possível notar uma mudança significativa na figura 3, a qual foi feita com os dados do MapBiomass, no quesito “corpos hídricos”.

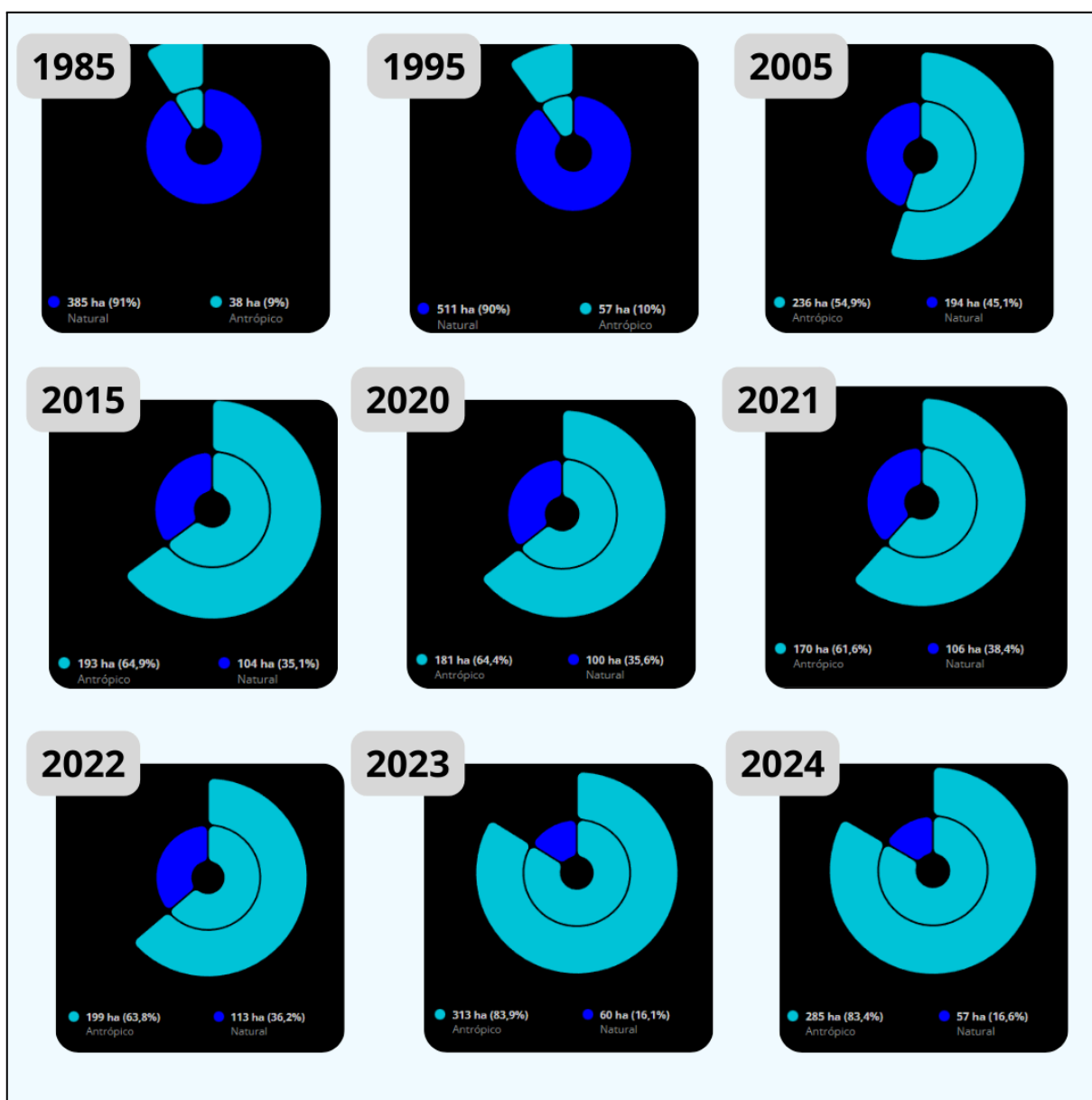


Figura 3 - Progressão Hídrica do Município de Correntina

Fonte: Mapbiomas

Esta série histórica apresentada com auxílio dos dados do MapBiomas (Figura 2) permite entender que o conflito por água em Correntina não pode ser visto apenas como um problema pontual ou excepcional, mas, sim como resultado direto de uma reconfiguração territorial que intensifica pressões sobre os recursos hídricos, observando mais uma vez como a relação entre Homem e Natureza não é mais uma troca recíproca (Santos, 2014).

O infográfico reforça essa tendência ao evidenciar visualmente a diminuição relativa dos corpos hídricos e o avanço do uso econômico da água, revelando um

processo de territorialização que redefine prioridades e desloca formas tradicionais de manejo. Assim, a figura demonstra que a intensificação dos usos antrópicos não apenas altera o equilíbrio ambiental, mas também contribui diretamente para a produção dos conflitos por água, já que comunidades locais passam a disputar um recurso cada vez mais apropriado por atividades econômicas de grande escala.

Entre 1985 e 2024, observa-se uma redução progressiva da área classificada como natural e um aumento consistente da área destinada a usos antrópicos, especialmente após os anos 2000, período marcado pela consolidação do agronegócio irrigado no Oeste baiano.

Essa transformação não ocorre de maneira neutra: ela está diretamente conectada ao avanço de modelos produtivos altamente consumidores de água, que dependem de sistemas de irrigação extensivos, captação de rios e exploração de aquíferos, assim sendo novamente mencionado a relação com a situação dos conflitos que tem em sua maioria o destino de situação de Diminuição do acesso à Água. Assim, ao correlacionar a série histórica do MapBiomas com os registros da CPT, é possível perceber que o avanço das áreas antrópicas acompanha a intensificação dos conflitos por água.

No caso deste município que muito chamou atenção, existem inúmeras notícias dentro da aba de Notícias da CPT. Contudo, uma de 2019 chamou atenção, com a manchete *“comunidades tradicionais trocam experiências de lutas em defesa dos territórios e das águas em Correntina (BA)”* a matéria aponta que a pressão sobre os recursos hídricos tem intensificado a organização comunitária, evidenciando que a disputa pela água está diretamente ligada à proteção dos modos de vida tradicionais e à permanência no território. Ainda nessa matéria CPT (2019) informa que *“Para enfrentar o avanço totalitário do agronegócio sobre o Cerrado, essas populações têm feito diversas formas de enfrentamento”* entretanto, há mais uma manchete de 2023 que demonstra como que a perseverança na luta existe, porém é necessário mais do que vontade, a manchete diz *“ ‘Não tenho força para enfrentar o poder do agronegócio’, diz prefeito de Correntina sobre conflitos no Oeste baiano ”* e nessa matéria (CPT, 2023) há uma fala que expõe que a situação chegou até o conhecimento do governo, porém não houve ação naquele momento:

“Para você [o repórter] ter uma noção, eu pedi uma audiência com a diretora do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Márcia Teles, tem uns dois anos. Até hoje não consegui falar com ela. Fiz uma reunião com Rui e

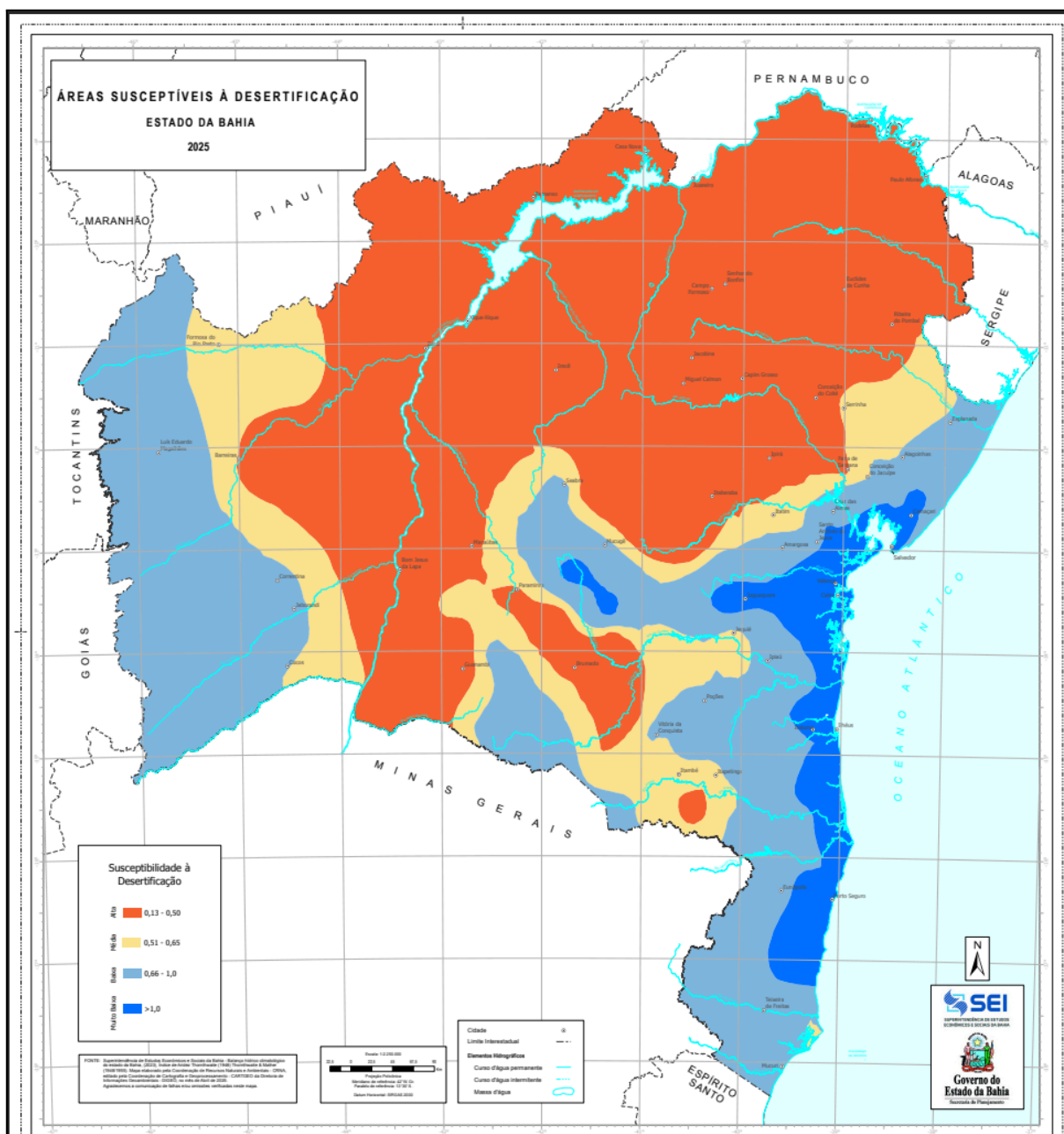
ele disse que ouviria o staff, mas nunca disse o que foi resolvido”.(Maguila, prefeito de Correntina (BA), 2023)

Essa declaração reforça o que diversos autores apontam sobre a desigual circulação de poder: enquanto grandes empreendimentos do agronegócio têm acesso facilitado às instâncias decisórias, comunidades locais e até administrações municipais ficam à margem dos processos de tomada de decisão. Nesse sentido, é possível observar a terceira face da opressão apresentada por Iris Marion Young (2006) sendo a privação de poder se expressa quando essas comunidades não conseguem dialogar de forma efetiva com instituições estatais e relatam dificuldades para serem ouvidas por órgãos ambientais, o que as coloca em uma posição constante de desvantagem.

A análise dos conflitos por água na Bahia permite compreender que a disputa pela gestão e pelo acesso aos recursos hídricos está profundamente vinculada à maneira como o território vem sendo reorganizado nas últimas décadas. Os dados de MapBiomas, que mostram a redução progressiva das áreas de água natural e o crescimento do uso antrópico, reforçam que a pressão sobre os cursos d'água não é resultado apenas de ciclos climáticos, mas de escolhas políticas e econômicas sobre quais usos devem prevalecer. Os registros da CPT confirmam essa desigualdade: comunidades tradicionais, quilombolas e povos indígenas continuam sendo os grupos mais impactados pelas apropriações privadas da água, seja pela instalação de grandes empreendimentos, seja pela expansão acelerada do agronegócio.

Ainda assim, de acordo com a SEI no mapa 2 de Áreas susceptíveis à Desertificação é possível notar que Correntina que fica no oeste baiano se encontra majoritariamente em um local menos suscetível, assim o tornando mais atraente ainda para empreendimentos que consideram o futuro.

Mapa 2 - Áreas susceptíveis à Desertificação - 2025



Fonte: SEI, 2025

Assim, o conflito hídrico é um dos principais marcadores da desigualdade socioambiental no Oeste da Bahia. Ele demonstra a disputa pela sobrevivência em um território onde a água, cada vez mais controlada pelos Agentes do Capital, passa a funcionar como mecanismo de poder.

Ao observar mais atentamente é possível mencionar dois municípios que chamaram a atenção por sua evolução nos conflitos não apenas por água, mas por terra também, tendo em vista que conflitos por água também são por território, assim desaguando nos conflitos por terra. Estes municípios foram Correntina, com 66

conflitos por terra e 18 por água e Piatã, embora apresente números absolutos menores, 15 conflitos por terra e 6 por água, isso evidencia um padrão semelhante de sobreposição: uma região marcada tanto por disputas fundiárias quanto pela redução da disponibilidade hídrica.

Conflitos por Energia

Os conflitos envolvendo energia na Bahia, se faz chamativo a situação da energia eólica, desta forma observando o *Atlas Eólico da Bahia*, Camargo do Amarante et al. (2013, p. 35) é preciso ter atenção a um fato sobre a quantidade de tempo concedida a beneficiários:

Para o desenvolvimento do potencial eólico em assentamentos agrícolas, é preciso observar o prazo de 10 anos, contados a partir da concessão de uso da terra aos beneficiários, para que se possa proceder à cessão do uso do solo a terceiros por aquisição e arredondamento.

Isso considerando a Lei 8.629 de 25 de fevereiro de 2003. A qual dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal.

Segundo o INCRA existem vários tipos de assentamentos reconhecidos e um deles é o Reconhecimento de Assentamento de Fundo de Pasto, assim sendo posto como um assentamento agrícola.

Segundo Camargo do Amarante et al (2015) no *Atlas do Potencial Eólico da Bahia* na seção em que é feita uma breve caracterização do Estado da Bahia é dito que “Existem ainda vazios demográficos importantes, especialmente ao longo das regiões Norte e Oeste do estado”, isso tendo com base uma pesquisa:

A Figura 3 apresenta os centros urbanos no Estado, onde o tamanho dos símbolos está proporcional à raiz quadrada do respectivo número de habitantes. (Em uma escala linear, grande parte das pequenas cidades não seria visível, dada a desproporção entre a população de Salvador (>2,4 milhões) e as cidades com menos de 10.000 habitantes.

Assim, os dados são apresentados de maneira estritamente objetiva e descritiva, reduzidos a uma dimensão puramente quantitativa, desconsiderando as dimensões sociais que os constituem. Isso pode ser assim tratado ao lembrar que Carlos Walter discorre sobre o ideal urbano, como ocorre uma hierarquização dos

modos de vida a ponto de alguns serem invisibilizados como estão sendo postos nestes “vazios”. Ainda sim, deve se lembrar que esta parcialidade produz também políticas públicas, algumas dessas que envolvem a proteção de diferentes tipos de sujeitos, isto é, caso o modo de vida não se encaixe nesse ideal então a apropriação e retirada de grupos será naturalizado, de tal modo a reforçar processos de apagamento que envolvem diversos tipos de conflitos, tal qual de terra, água e energia mencionados neste trabalho.

Assim, os números são tratados apenas como indicadores estatísticos, quando, na realidade, representam sujeitos e experiências concretas, mesmo considerando o quão antigo é este trabalho, é preciso considerar como que esta mentalidade vem sendo combatida, contudo ainda é algo inserido em diversas narrativas dos trabalhos envolvendo energias renováveis, como é o caso da energia eólica. A figura 3 no *Atlas do Potencial Eólico da Bahia* está constatada neste trabalho como figura 4.

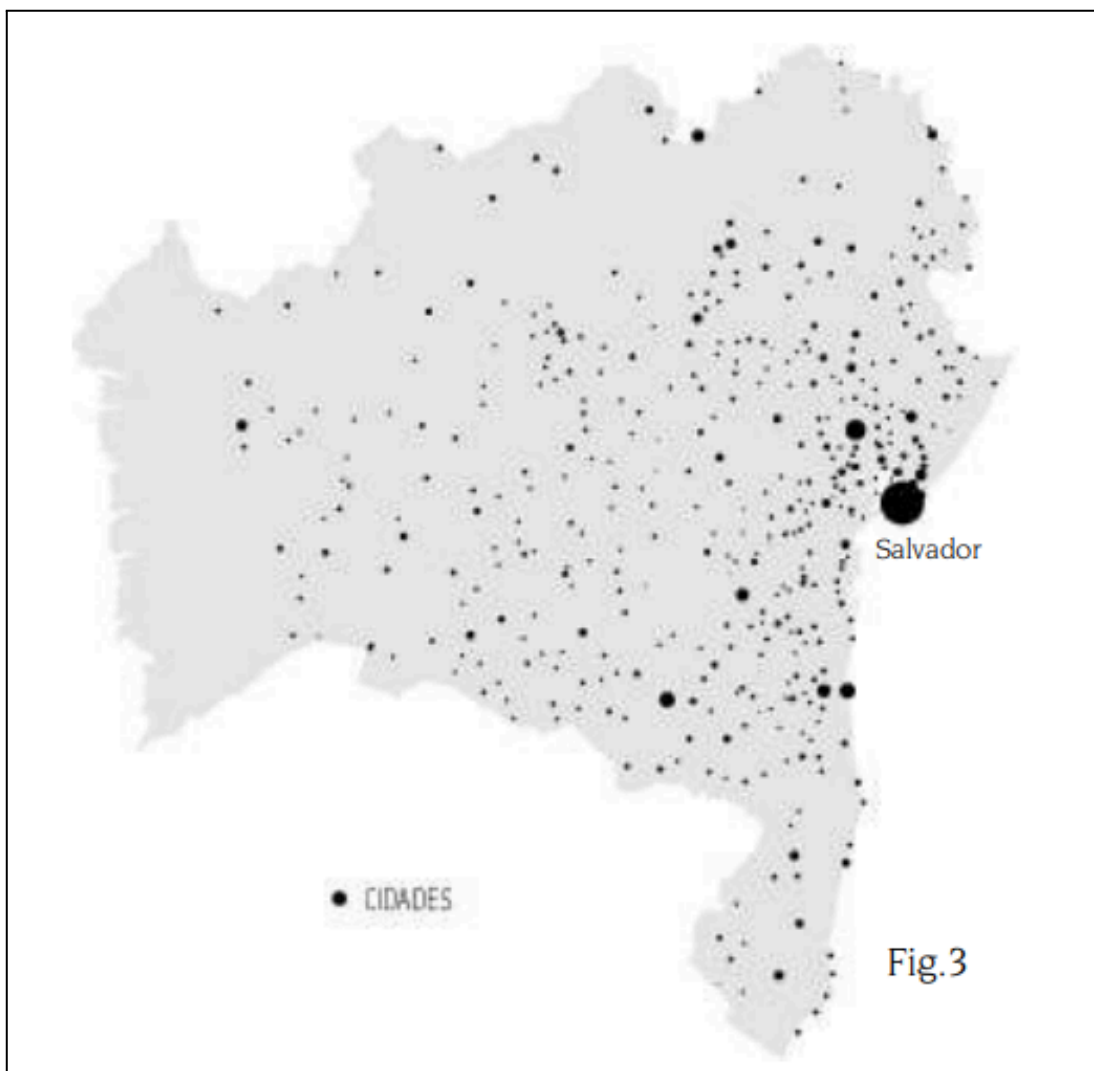


Figura 4 - centros urbanos no Estado da Bahia

Fonte: Atlas do Potencial Eólico da Bahia

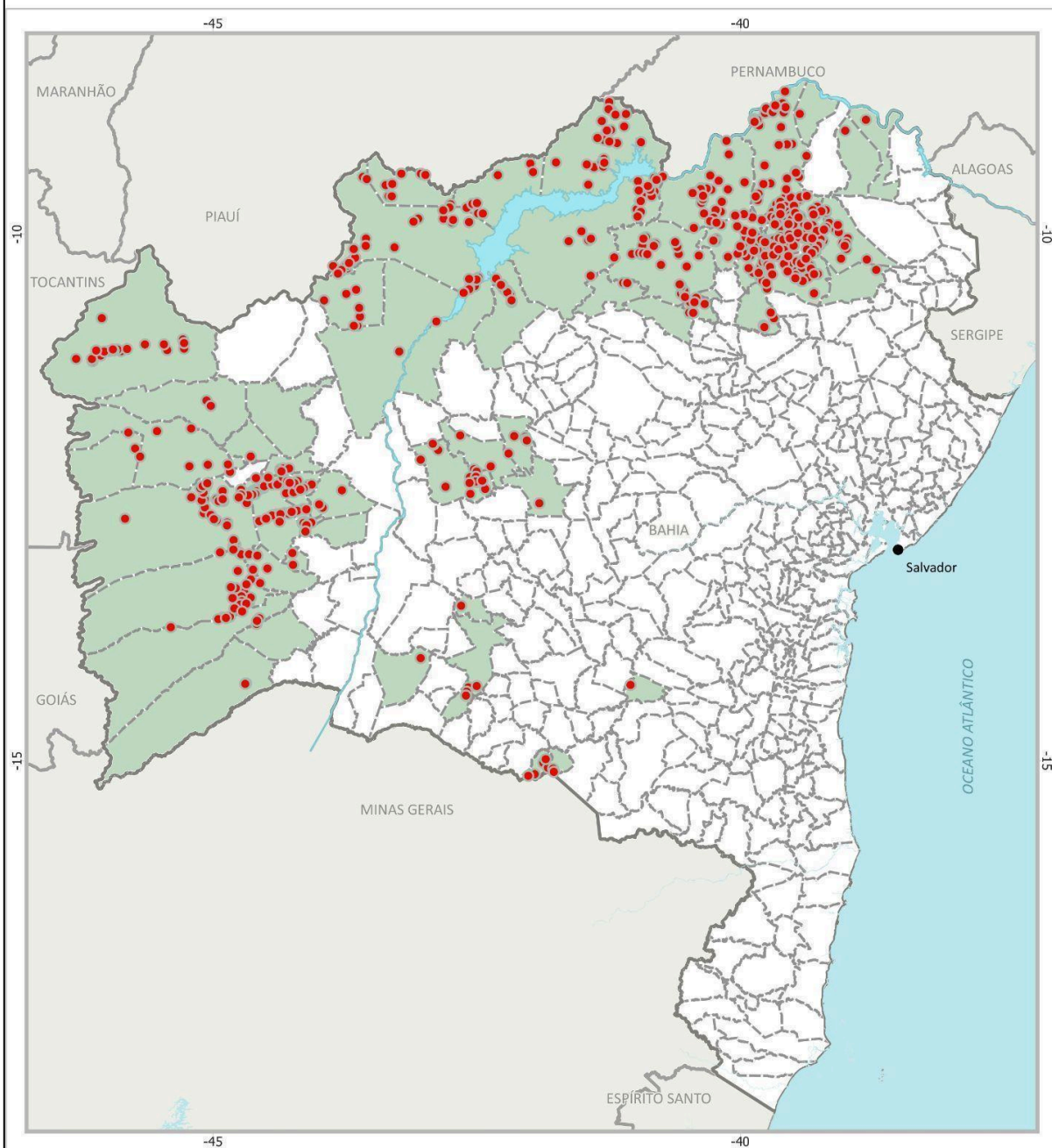
Em consequente, tem-se o mapa 3 de Municípios com associações de fundo e fecho de pasto identificadas no estado da Bahia, 2020, produzido pelo grupo de pesquisa Geografar, o qual podemos inferir como que narrativas “antigas” poderiam facilmente ser repetidas em tempos contemporâneos, só seria preciso uma pessoa com desejo de seguir tal narrativa com foco principal nos números.

De tal forma a exigir uma certa quantidade quantitativa para que possa ser demonstrado a existência de sujeitos os quais vêm sofrendo diferentes tipos de conflitos, assim vivendo em constante estado de resiliência. Essa concepção de “vazio” reforça a invisibilização de sujeitos que ocupam e produzem o espaço por meio de práticas coletivas, como as comunidades de fundo e fecho de pasto, que os territórios passam a ser interpretados como áreas disponíveis para a instalação de

empreendimentos energéticos. Tal narrativa contribui para a naturalização da apropriação dessas áreas e para a reprodução de desigualdades sociais e territoriais.

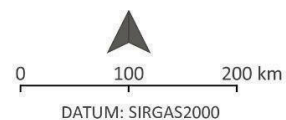
Mapa 3 - Municípios com associações de fundo e fecho de pasto identificadas no Estado da Bahia, 2020

MUNICÍPIOS COM ASSOCIAÇÕES DE FUNDO E FECHO DE PASTO IDENTIFICADAS NO ESTADO DA BAHIA, 2020



- Associação de FFP georreferenciada
- Município com Associação

Fonte da Base Cartográfica: SEI, 2017 - IBGE, 2017
 Fonte dos Dados: GeografAR, trabalho de campo 2020
 Elaboração: GeografAR, 2021

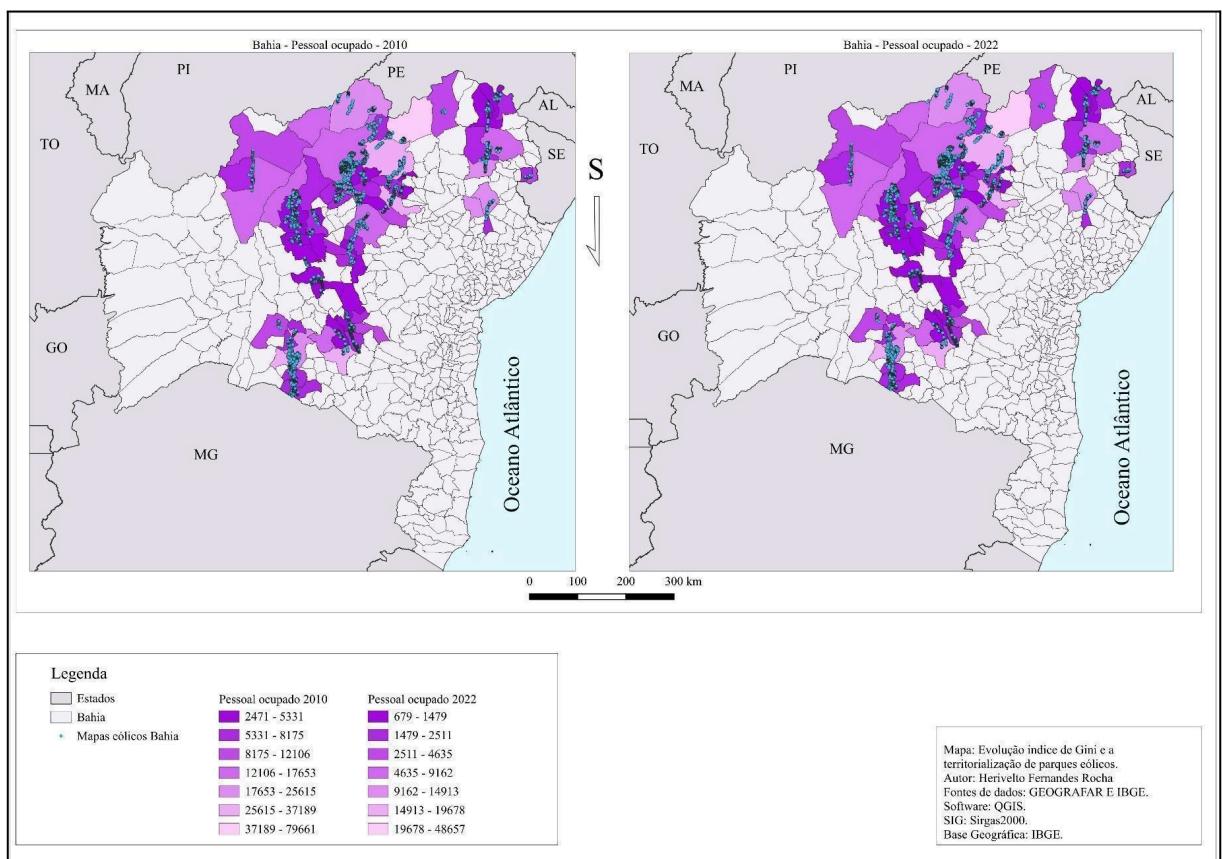


Fonte: Grupo de pesquisa GeografAR, 2021

Além disso, foi preciso trazer as informações do IBGE sobre a densidade demográfica/populacional do mesmo ano, 2020, para que seja possível corroborar com a continuação da invisibilização dessas comunidades. Isso, porque seria viável uma pesquisa mais aprofundada sobre as pessoas viventes no tais “vazios”, visto que a ocultação desta população no discurso do atlas existe para que não ocorra o questionamento dos malefícios possíveis e a “quem” iria atingir. É sabido que em empreendimentos existem malefícios, contudo é preciso apresentá-los para que existe uma interpretação mais fidedigna da realidade. Essas espacializações permitem demonstrar que a escolha das áreas para implantação dos parques eólicos não é neutra, mas resulta de critérios técnicos que desconsideram os usos sociais da terra, contribuindo para processos de desterritorialização.

Através do mapa 4 de autoria de Rocha (2025), na tese em que trata os processos de territorialização dos parques eólicos e sua relação com as comunidades de fundo de pasto, é tangível a localização dos parques, a evolução do pessoal ocupado e considerar as escolhas feitas. Ainda assim, ao comparar mapa 3 e mapa 4 pode ser visto a existência de comunidades em locais escolhidos para a inserção de eólicas.

Mapa 4 - Pessoal ocupado 2010 - 2022



Fonte: ROCHA, 2025

Pereira (2023) demonstra que no Estado da Bahia tem uma relação entre a quantidade de comunidades Fundo e Fecho de Pasto e de projetos eólicos outorgados por município (2022), como demonstra a figura 5.

Município	Quantidade de comunidades Fundo e Fecho de Pasto	Quantidade de projetos eólicos
Antônio Gonçalves	2	4
Barra do Mendes	5	2
Brotas de Macaúbas	7	5
Campo Formoso	14	28
Canudos	19	8
Casa Nova	19	5
Itaguaçu	9	5
Sento Sé	4	58
Sobradinho	3	4
Souto Soares	5	3
Tanque Novo	3	6
Umburanas	1	7
Xique-Xique	9	16
Total	373	151

Fonte: SIGA/ANEEL (data de consolidação dos dados: 01 dez. 2022); GeograFAR (2020); Org.: Autora (2022).

Figura 5 - Bahia - Quantidade de comunidades Fundo e Fecho de Pasto e de projetos eólicos outorgados por município (2022).

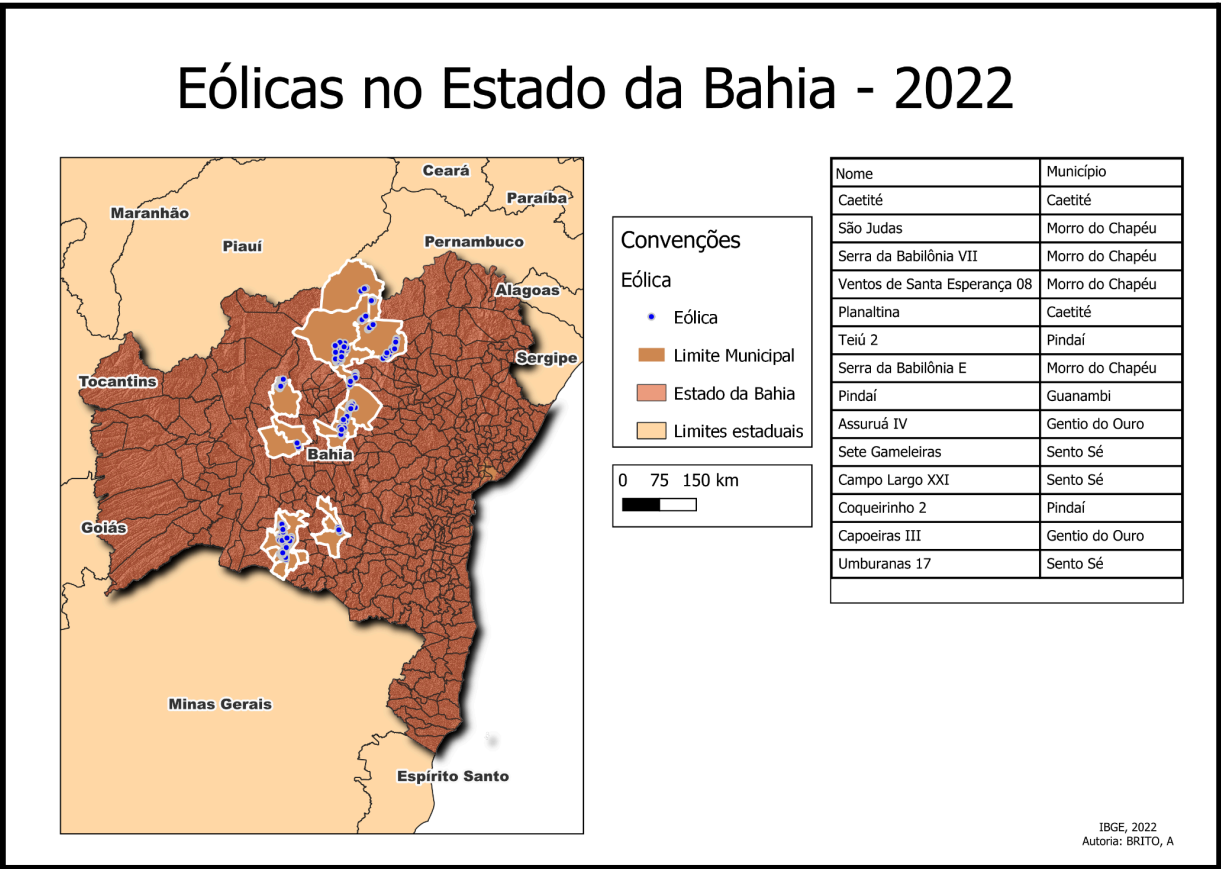
Fonte: SIGA/ANEEL (data de consolidação dos dados: 01 dez. 2022); GeograFAR (2020); Org.Pereira (2023).

Dentre esta relação, alguns municípios mencionados tiveram conflitos por terra com comunidades Fundo e Fecho de Pasto em 2022, a exemplo de Antônio Gonçalves, Campo Formoso, Itaguaçu, Xique-Xique. Assim como existem

concomitantemente conflitos por água em municípios mencionados a exemplo de Antônio Gonçalves, Campo Formoso, Casa Nova, Itaguaçu, Xique-Xique, todos com situações de poluição ou complicação de acesso à água. Entretanto, na catalogação realizada pela CPT não existe uma categoria específica que permita relacionar diretamente esses municípios citados aos impactos gerados pelos projetos eólicos. A única exceção identificada foi o município de Canudos, onde aparece registrado explicitamente o conflito denominado “Complexo Eólico Canudos”, indicando uma associação direta entre o empreendimento e as tensões territoriais presentes, ainda assim, houve uma repetição desses conflitos no ano de 2023, mas não houve marcações em 2024.

Atualmente, o IBGE obtém dados de quantidades de Eólicas em municípios baianos como mostrado no mapa 5:

Mapa 5 - Distribuição de Eólicas no Estado da Bahia



Fonte: autoria própria

A distribuição espacial do risco climático associado ao Índice de Segurança Hídrica na Bahia (figura 6 e 7) evidencia um cenário de elevada heterogeneidade espacial, refletindo tanto as condições físicas, ambientais quanto padrões históricos de uso e ocupação da terra. A imagem indica que grande parte do estado apresenta risco alto ou médio. As manchas extensas em tons de vermelho e laranja revelam os setores mais vulneráveis, sendo estes onde estão inseridas eólicas, segundo dados do IBGE de 2022. Isto é, ao considerar Índice de Segurança Hídrica na Bahia e o conjunto de municípios que têm um nível baixo, é possível inferir mais um motivo para a escolha destes locais para a implantação destas eólicas, entretanto são motivações plenamente físicas, fazendo assim se questionar mais uma vez sobre a visibilidade da existências das pessoas que ali, não apenas residem mas vivem e trazem toda uma história.

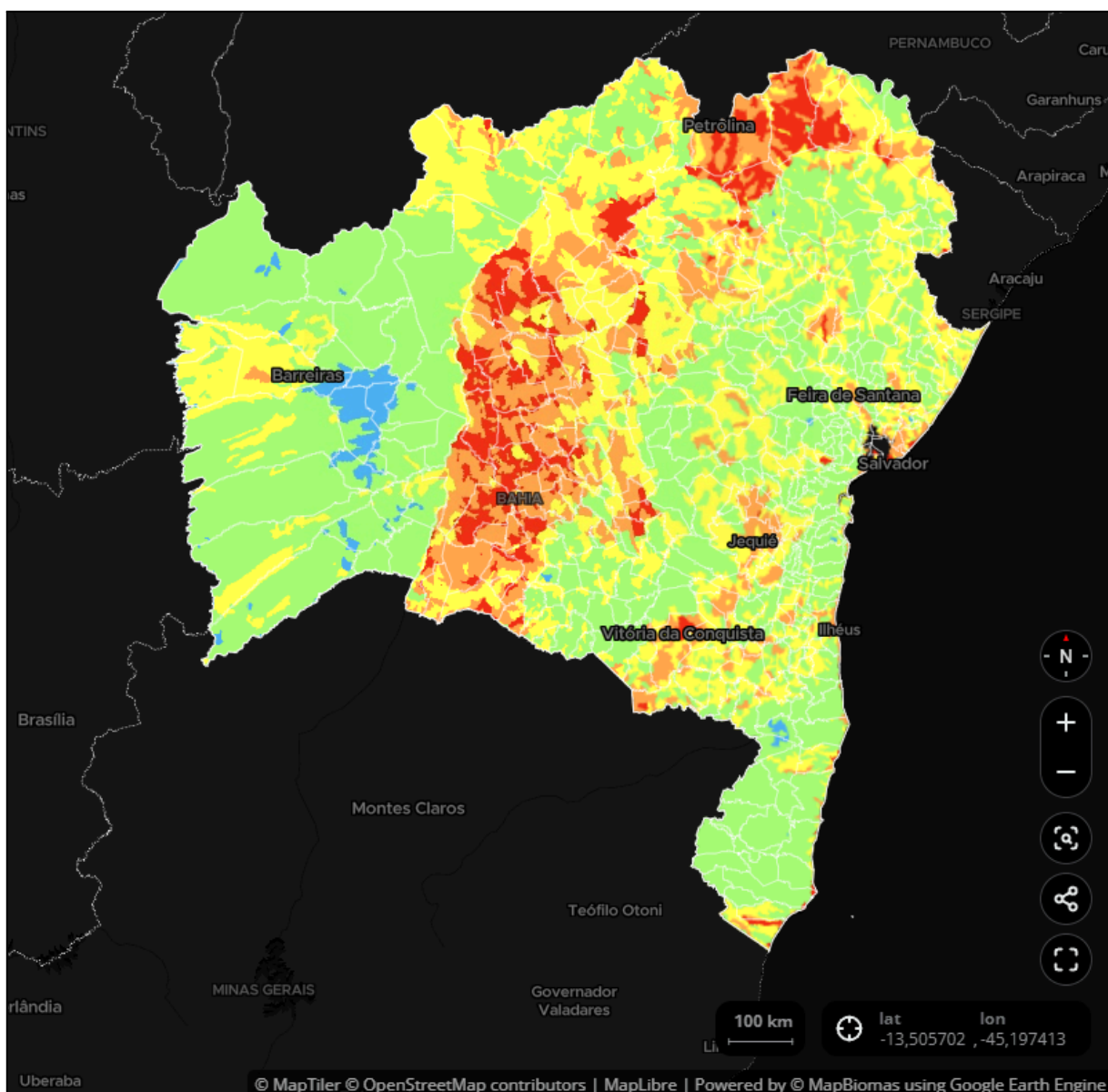


Figura 6 - Risco climático por Índice de Segurança Hídrica

Fonte: Mapbiomas

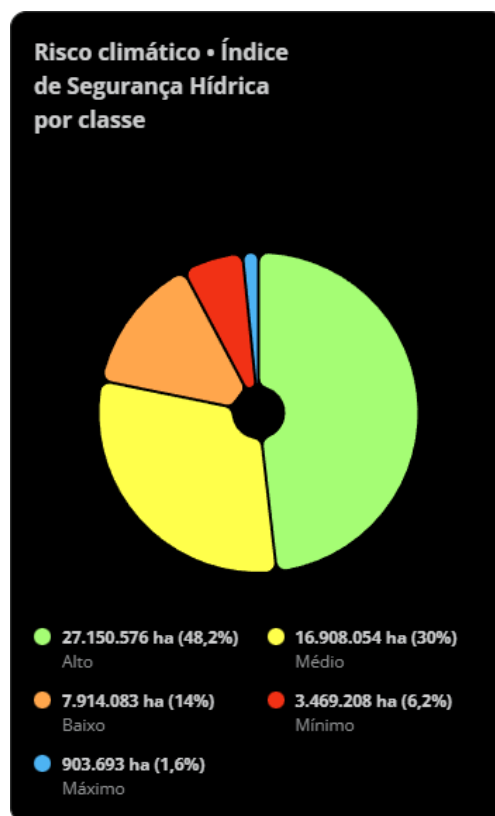


Figura 7 - Risco climático • Índice de Segurança Hídrica por classe

Fonte: Mapbiomas

A territorialização dos parques eólicos configura-se, assim, como um conflito por terra, na medida em que implica a conversão de áreas de uso coletivo em espaços controlados por agentes privados. A instalação desses empreendimentos altera práticas produtivas, restringe o acesso a áreas tradicionalmente utilizadas pelas comunidades tradicionais e compromete formas coletivas de gestão territorial, como aquelas exercidas pelas comunidades de fundo e fecho de pasto. Sendo assim, é viável entender a quarta face da opressão apresentada por Iris Marion Young (2006), sendo a imperialização cultural aparece quando a lógica de desenvolvimento, centrada no produtivismo e na expansão de grandes empreendimentos, desconsidera e invalida os conhecimentos tradicionais sobre manejo da terra, uso da água e convivência com o semiárido.

As implicações territoriais da implantação dos parques eólicos incluem a fragmentação de áreas de uso comum, a limitação do acesso à terra, a alteração das dinâmicas produtivas locais e o enfraquecimento das formas tradicionais de organização comunitária. A ausência dessas dimensões nos relatórios e projeções

evidencia lacunas nos processos de planejamento, que privilegiam critérios técnicos e econômicos em detrimento das dimensões sociais e territoriais preexistentes. Dessa forma, os conflitos por energia analisados revelam os limites de um modelo de transição energética que, ao desconsiderar os sujeitos do território, reproduz desigualdades históricas.

Projeções Climáticas e o Brasil 2040

A incorporação do relatório Brasil 2040 – Mudanças Climáticas: Cenários e Alternativas de Adaptação constitui um passo fundamental para compreender de que forma os processos de transformação climática previstos para as próximas décadas podem intensificar desigualdades já existentes no território baiano, ainda assim é preciso lembrar que este é um documento de 2013, o qual foi publicado abertamente pelo Observatório do Clima em 2024. Esse documento, elaborado no âmbito federal como uma ferramenta de planejamento estratégico, apresenta projeções detalhadas sobre aumento de temperatura, alterações nos regimes de chuva, eventos extremos e riscos associados à disponibilidade hídrica, como pode ser visto na figura 8 do diagrama do próprio documento Brasi 2040

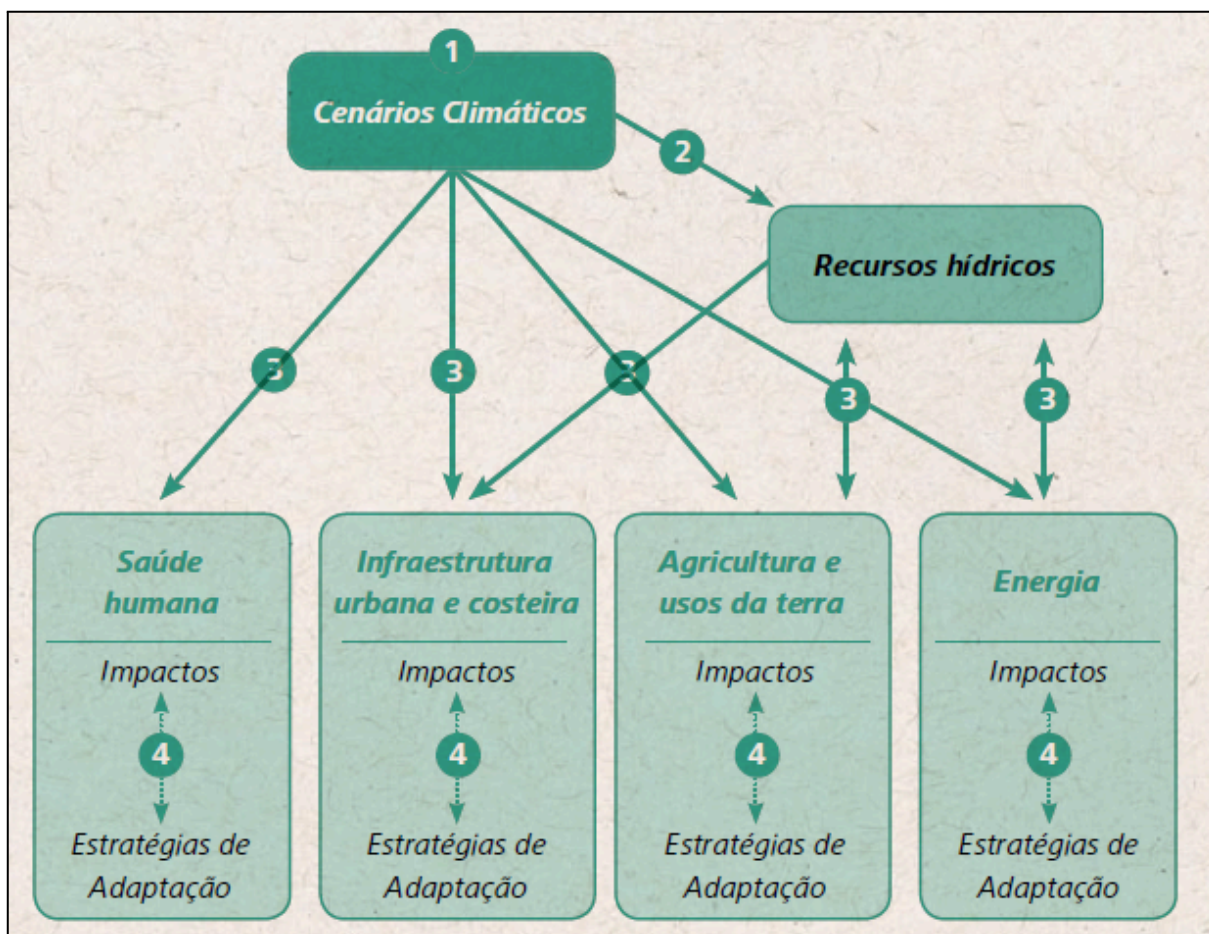


Figura 8 - O diagrama que ilustra a estrutura e integração dos componentes do referido estudo

Fonte: Brasil 2040

Este estudo abrange diversas modalidades tendo a possibilidade de abarcar diversas possibilidades

Esse estudo parte de uma lógica simples e intuitiva, consistindo de quatro etapas. O primeiro passo evidente é ter um conjunto de cenários climáticos previstos para o Brasil no horizonte de 2013–2040, 2041–2070, e 2071–2100. A partir dos diferentes cenários, a segunda etapa consiste na identificação e medição dos impactos de cada um dos cenários climáticos sobre os recursos hídricos. [...] Secas, enchentes, geração de energia elétrica e o abastecimento de água urbana são óbvias evidências disto. A partir das variações climáticas e também das disponibilidades de recursos hídricos, a terceira etapa consiste em analisar os impactos sobre a população, sobre os recursos naturais e sobre os setores econômicos. [...] O ano-base da análise será 2040. Finalmente, a partir da identificação dos impactos esperados, a quarta etapa consiste na identificação de medidas de adaptação (Brasil 2040 p 9 - 10)

A partir dessas projeções, torna-se possível identificar como determinadas regiões, especialmente aquelas onde se concentram comunidades tradicionais,

povos indígenas, agricultores familiares e grupos historicamente vulnerabilizados, podem enfrentar um cenário de agravamento das pressões territoriais, isto é, dialogar com os dados coletados, como os conflitos por terra e água, mapeados pela CPT, e as mudanças no uso e cobertura da terra observadas via MapBiomas.

Tal abordagem está alinhada com a compreensão de que conflitos territoriais surgem de disputas com motivações prévias, e que o clima pode funcionar como um catalizador, capaz de intensificar essas motivações sejam elas políticas, históricas etc. Sendo assim, as projeções presentes no documento Brasil 2040 permitem analisar como o aumento da temperatura, a alteração no regime de chuvas e o agravamento da crise hídrica podem acirrar disputas pelo acesso à água, ao solo fértil e aos recursos ambientais, especialmente em regiões já marcadas pela vulnerabilidade territorial.

Tratando de Vulnerabilidade Climática segundo o Observatório do Clima (2024), os documentos do Brasil 2040 apresentam diversas questões que podem fazer uma área vulnerável, o que vai ser variável do objetivo para ela. Sendo assim, ao decorrer do tratamento da relação entre as projeções e os conflitos será explicitado quais áreas ficarão mais vulneráveis para os respectivos objetivos.

Projeções e os conflitos marcantes

Observando os conflitos por terra e os documentos do Brasil 2040, é perceptivo que o quinto produto chama a atenção ao se relacionar com os conflitos por terra, isso por trabalhar com as questões do uso da terra como é nomeado o quinto produto “Relatório de análise de produção agropecuária e alocação de terra com mudança do clima. para 2040, a partir de modelo económico”. Inicialmente nesse documento já é possível captar o foco capitalista da dinâmica do uso da terra, isso pois está dividida em competição (foco na rentabilidade como variável) e escala (níveis diferentes de competição). Assim na figura 9, tem-se cenário possíveis de alguns cultivos e criações.

		2010	2015	2020	2025	2030	2040	2040-2010*	Cresc. Anual**
Grãos e oleaginosas	Produção	148,892	197,190	220,453	248,220	279,271	344,966	196,073	6,536
	Consumo Doméstico	113,835	130,787	143,809	158,968	175,713	211,337	97,502	3,250
	Exportações Líquidas	36,588	69,418	80,528	93,044	107,126	136,461	99,873	3,329
Farelo de soja	Produção	27,154	30,750	34,553	38,790	43,640	54,436	27,282	909
	Consumo Doméstico	12,944	16,280	18,857	21,721	24,977	32,714	19,770	659
	Exportações Líquidas	13,629	14,468	15,696	17,069	18,664	21,722	8,093	270
Óleo de soja	Produção	6,973	7,824	8,792	9,870	11,104	13,851	6,878	229
	Consumo Doméstico	5,187	5,922	6,514	7,058	7,698	9,098	3,911	130
	Para Biodiesel	2,098	2,553	3,024	3,362	3,813	3,903	1,806	60
	Exportações Líquidas	1,548	1,855	2,280	2,812	3,406	4,753	3,205	107
Açúcar	Produção	37,893	39,697	42,119	45,778	49,831	59,088	21,195	707
	Consumo Doméstico	10,659	12,061	12,639	13,535	14,453	16,526	5,866	196
	Exportações Líquidas	27,514	27,519	29,511	32,227	35,369	42,537	15,022	501
Etanol (milhões litros)	Produção	27,376	23,360	21,243	24,363	26,522	34,568	7,192	240
	Consumo Doméstico	25,501	21,154	19,037	22,158	24,317	32,363	6,861	229
	Exportações Líquidas	2,067	2,450	2,450	2,449	2,449	2,446	379	13
Carnes bovina, suína e frango	Produção	24,833	27,555	30,351	33,211	36,138	38,942	14,110	470
	Consumo Doméstico	18,801	20,411	21,980	23,676	25,311	27,767	8,966	299
	Exportações Líquidas	6,031	7,144	8,372	9,535	10,827	13,395	7,364	245
Leite	Produção	31,628	38,069	42,807	47,099	51,623	61,490	29,863	995
	Consumo Doméstico	38,691	38,860	43,276	47,291	51,536	60,802	22,111	737
	Exportações Líquidas	-3,534	-791	-469	-192	87	688	4,222	141

*Variação absoluta entre 2040 e 2010 (em mil toneladas ou milhões de litros).

**Variação absoluta entre 2040 e 2010 dividido em 30 anos – variação absoluta anual (em mil toneladas ou milhões de litros).

Fonte: resultados do estudo

Figura 9- Resultados para o cenário de referência: projeções para o setor agropecuário para 2040 (mil toneladas ou milhões de litros)

Fonte: Brasil 2040

Dessa forma, tem-se que é imaginado e planejado um crescimento anual em cada um desses cultivos e criações. Com o foco na expansão contínua da agropecuária. E ao observar na Figura 10, existe uma pesquisa sobre os hectares que estarão incluídos nessa expansão.

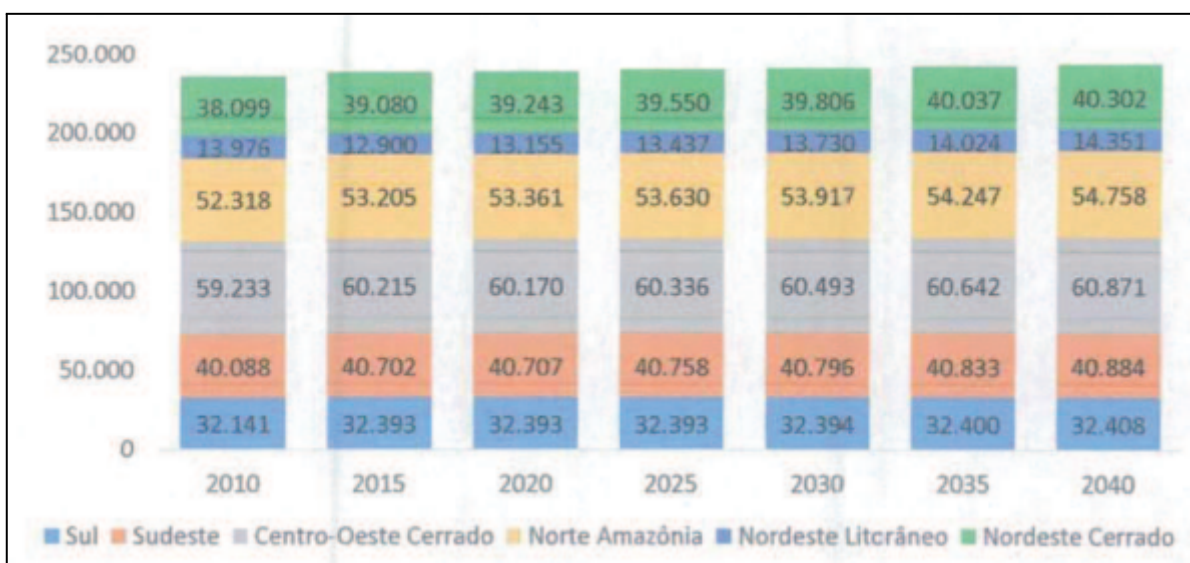


Figura 10 - Resultados do cenário de referência para área alocada para agropecuária (em mil hectares)

Ao observar de 2015, 2020 e 2025 como ocorre a expansão no posto Nordeste Cerrado, principalmente, então é possível inferir a equiparação com os conflitos que estão ocorrendo no Estado da Bahia, haja visto que para ocupar um local previamente ocupado então alguma parte irá se retirar ou ser retirada. Nesse quinto produto, foi feito uma classificação de risco agroclimático com algumas áreas relacionadas a produção de soja, sem a adição do Estado da Bahia, contudo ao tratarem das regiões foi posta a potencialidade (baixo risco) da produção de soja nas regiões do nordeste cerrado e litorâneo, demonstrando a intenção de expandir em locais que já demonstram a aparição de conflitos por terra.

Ainda assim, é preciso lembrar que para fazer essa medição e cálculos foi considerada a situação de abastecimento de água, assim as questões conflitantes existentes por terra podem ser também abaladas por água.

Já no documento oito, o qual é o produto final, foi encontrado uma certeza dessa expansão considerando que já existe o pensamento de necessidade de ter mais terra por conta dos altos riscos climáticos. Na figura 11 é possível ver a situação agropecuária das projeções

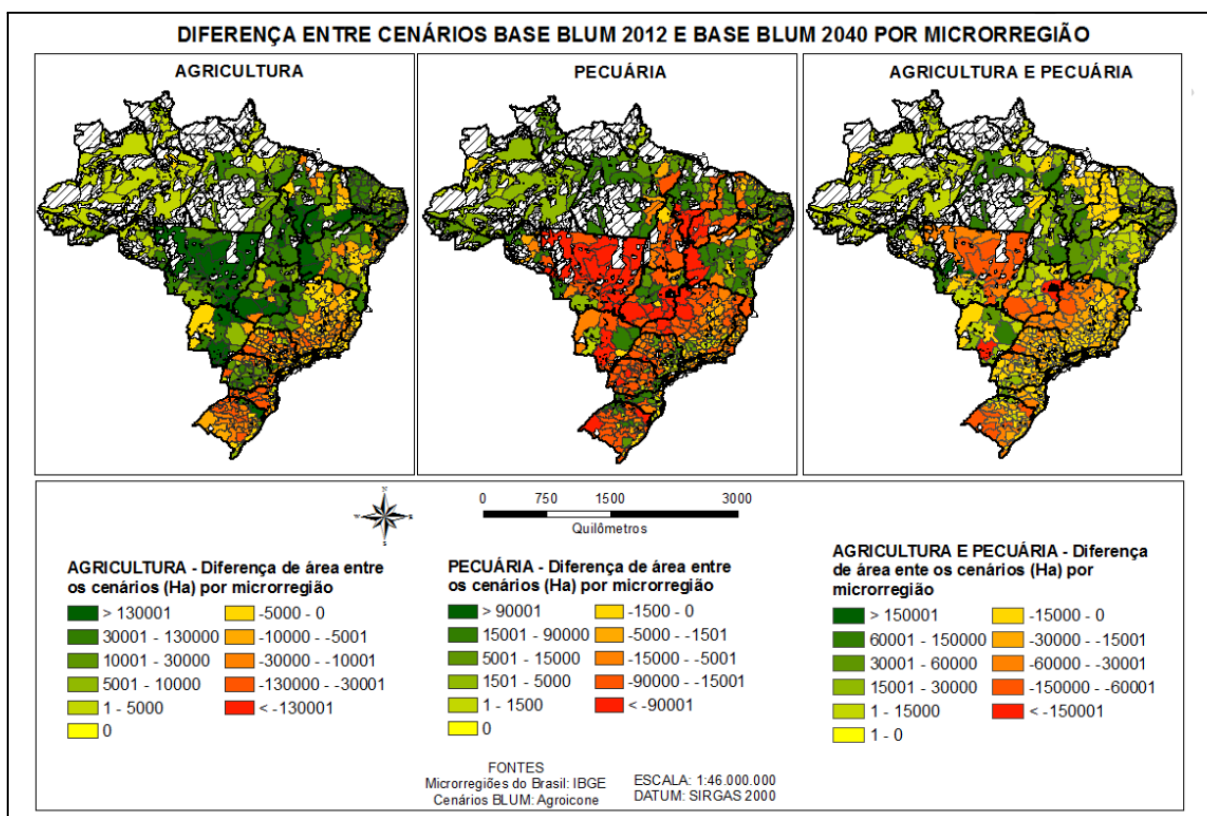


Figura 11 - Área alocada para agricultura e pecuária no cenário de referência:
diferença entre 2040 e 2012

Fonte: Brasil 2040

É possível notar que principalmente no quesito pecuária, existe uma grande diferença na região do Oeste da Bahia, onde se encontra o município de Correntina, o qual já demonstra uma crescente de conflitos por terra e por água. Deste modo, considerando a expansão do agronegócio e os sujeitos invisibilizados que ali residem é válido inferir a real possibilidade que este planejamento considerando as alterações climáticas venha a catalisar conflitos existentes. Isso porque os problemas sociais desta região, não provêm simplesmente de suas condições ambientais, mas principalmente de fatores de viés socioeconômico e político, como a concentração fundiária e a histórica desigualdade econômica e social (Santos, 2008).

Sendo assim, devem ser consideradas outras projeções comparativas existentes dentro do oitavo documento da seção agro do Brasil 2040, sendo esta comparativa visível na figura 12.

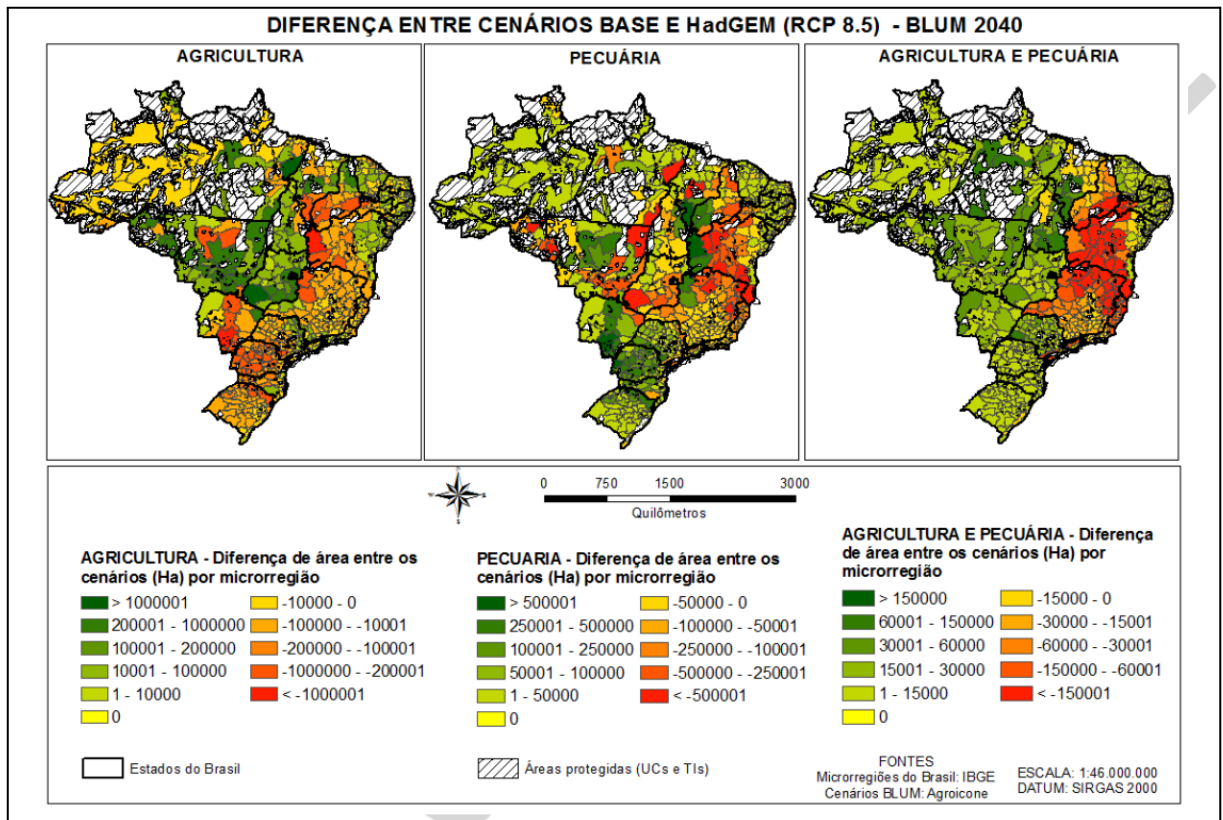


Figura 12 - Diferença entre cenários HadGEM2-ES e de referência em 2040 para alocação de área de agricultura e pecuária

Fonte: Brasil 2040

Assim, em situações o Oeste da Bahia ainda chama atenção, mas ao unir agricultura e pecuária, o centro do Estado chama atenção, sendo também um local com incidência de conflitos tanto por terra quanto por água. É possível dizer que nas projeções no quesito da soja, em questão de necessidade de água e espaço produtivo, como mostra a Figura 13, o Oeste baiano vai chamar muita a atenção.

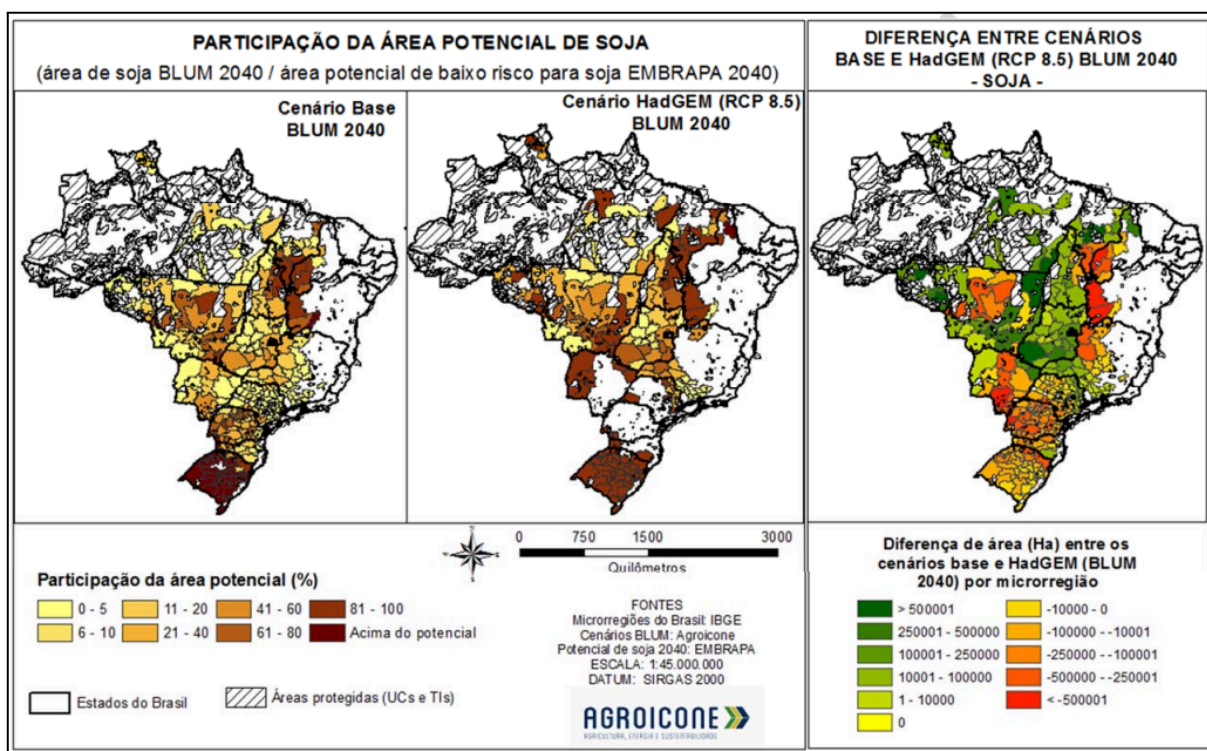


Figura 13- Participação da área alocada para soja em relação ao potencial e diferença entre cenários HadGEM2-ES e de referência

Fonte: Brasil 2040

Segundo o Observatório do Clima (2024), o oitavo documento do Brasil 2040 apresenta que “o estado da Bahia poderá perder quase toda a área plantada em 2012 de acordo com os resultados do cenário HadGEM2-ES RCP 8.5 em 2040”, assim trazendo inúmeras preocupações para os viventes de áreas não plantadas do estado, visto que a plantação será alocada em algum local. Enquanto isso, o mesmo documento menciona que existirá um impacto negativo na produção do milho, porém “algumas microrregiões da Bahia e Piauí este aumento ocorrerá na área de milho primeira safra”. Contudo, o Brasil 2040 também considerou antecipações de resoluções de algumas questões trazidas, dentre elas estão uma melhoria da irrigação com tecnologias existentes mais exatamente, segundo o oitavo documento da seção agricultura “oeste da Bahia (onde deve ser intensificado o uso de irrigação para evitar perdas nas áreas atuais de sequeiro)”, assim como uma melhora genética das sementes para se adaptar às temperaturas e restrições hídricas.

Quando inserida a seção de políticas públicas nesse oitavo documento referido ao agro, é mencionado que,

As medidas de adaptação sugeridas podem ser aliadas às de mitigação das mudanças climáticas. Práticas de manejo, como plantio direto e recuperação de pastagens degradadas (aliada à intensificação da pecuária), e adoção de sistemas produtivos mais eficientes, como integração lavoura-pecuária-floresta, são exemplos desta combinação. Entretanto, vale destacar que a adoção em larga escala e ao longo do tempo dependem de políticas de incentivos e disseminação de tecnologias para serem bem-sucedidas (BRASIL 2040, 2024, p. 32)

Demonstrando que pode vir a existir um planejamento que envolva uma ideia sustentável, mas será totalmente dependente do governo presente no momento que for implementado tais planejamentos

No momento de prosseguir para a parte energética dentro do documento final de energia nos documentos do Brasil 2040 é apresentado informações sobre que em alguns momentos envolvem a Bahia, ainda assim é preciso lembrar que este documento final foi produzido em 2015. Dentro destes cenários foi considerado implementação de novas pequenas centrais hidroelétricas (PCH) (BRASIL, 2015) o que mesmo em menor porte ainda gera danos, contudo no documento ao mencionar esta possibilidade de hidrelétrica foi mencionado a parte financeira mas não possibilidades de espaços que seriam danificados, observando a parcialidade da narrativa.

Durante a leitura, foi visto uma breve seção de resumo o qual faz menção ao Nordeste e suas capacidades.

Na região Nordeste, com o potencial hidroelétrico praticamente esgotado, restam apenas as opções de importação de energia (das regiões Norte e/ou Sudeste), geração térmica local (GNL, carvão mineral importado e nuclear) e energia eólica. Como referência, admite-se para a região Nordeste a expansão baseada em energia eólica, nuclear e importação de energia das outras regiões. (BRASIL, 2015, p. 26)

Sendo assim, com sua implementação de eólicas sendo amplamente recomendadas, é possível inferir que os conflitos por causa do parque eólico em canudos podem ser apenas o começo de um projeto maior. Na Figura 14 é visto a expectativa das usinas eólicas, assim ofertando mais uma base para considerar os cenários futuros mais conflituosos.

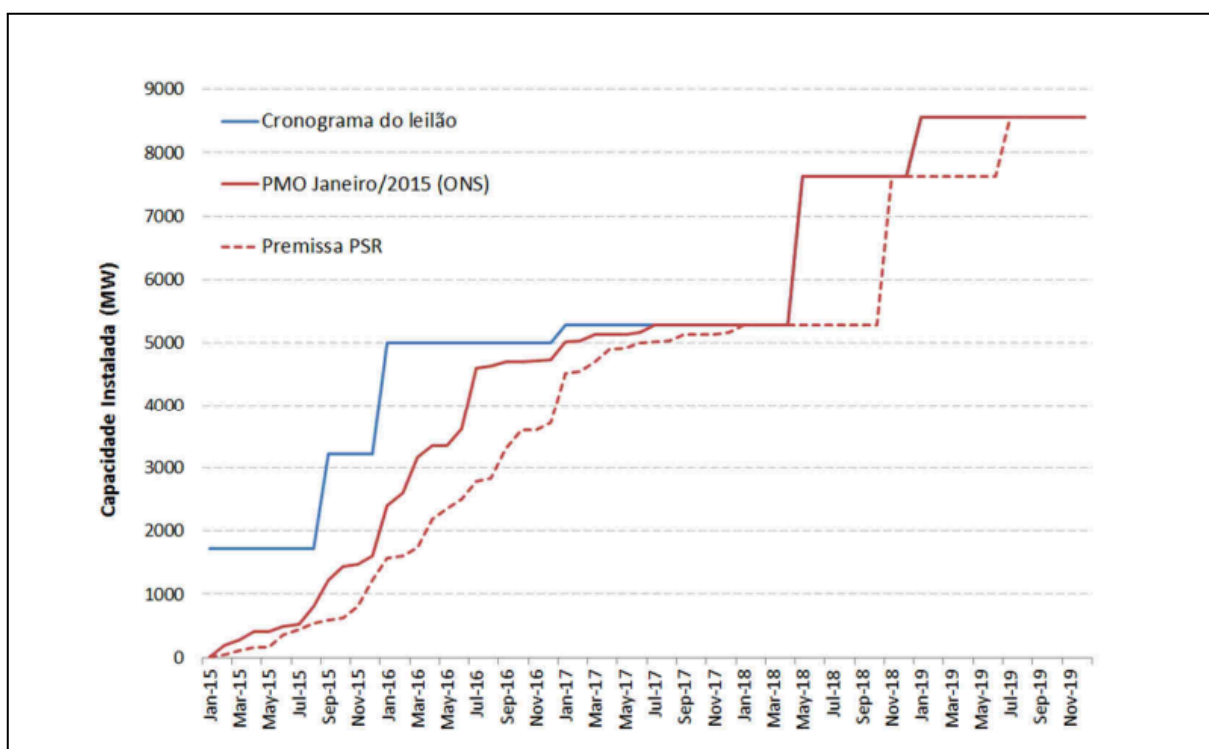


Figura 14 - Premissa de atraso de usinas eólicas

Fonte: Brasil 2040

Em conjunto com esta premissa de atrasos, ainda é adicionado na figura 15 a projeção de geração elétrica demonstrada pelo Observatório do Clima (2024), no qual este documento final do Brasil 2040 considera um aumento da geração por eólicas.

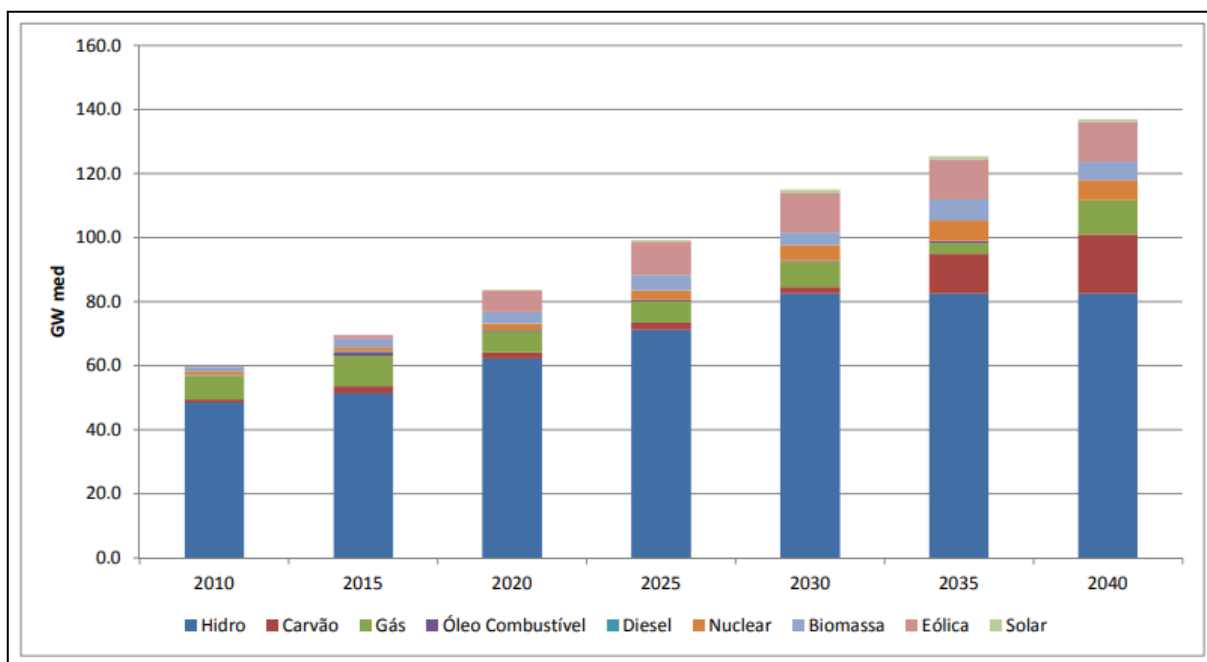


Figura 15 - Geração elétrica no Cenário Base 8.5 (GW médios)

Fonte: Brasil 2040

As projeções apresentadas nas figuras 16 e 17 evidenciam um aumento contínuo da geração elétrica brasileira, especialmente no cenário Base 8.5. Esse crescimento acompanha a tendência de expansão dos empreendimentos previstos, reforçando a lógica de ampliação da matriz energética sob o argumento de garantir segurança e estabilidade para os consumidores finais. No entanto, embora os relatórios enfatizem os benefícios econômicos e operacionais dessa expansão, praticamente não há menção às implicações territoriais para as populações residentes nas áreas onde esses projetos serão instalados.

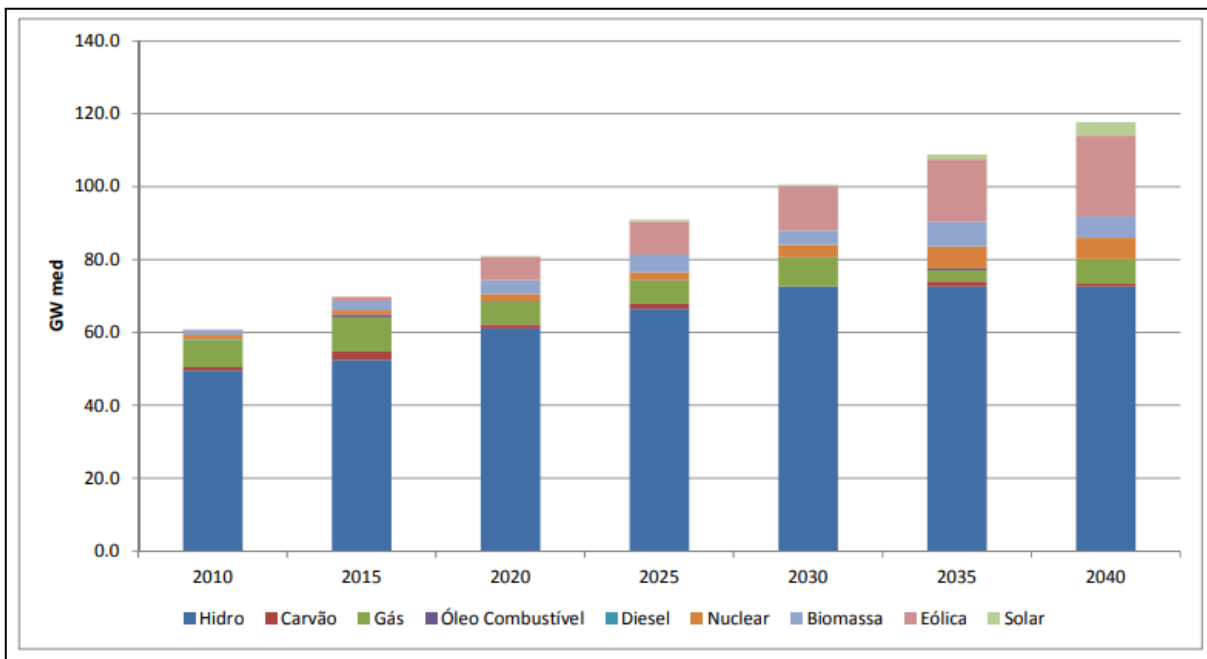


Figura 16 - Geração elétrica no Cenário Baseline RCP 4.5 (GW médios)

Fonte: Brasil 2040

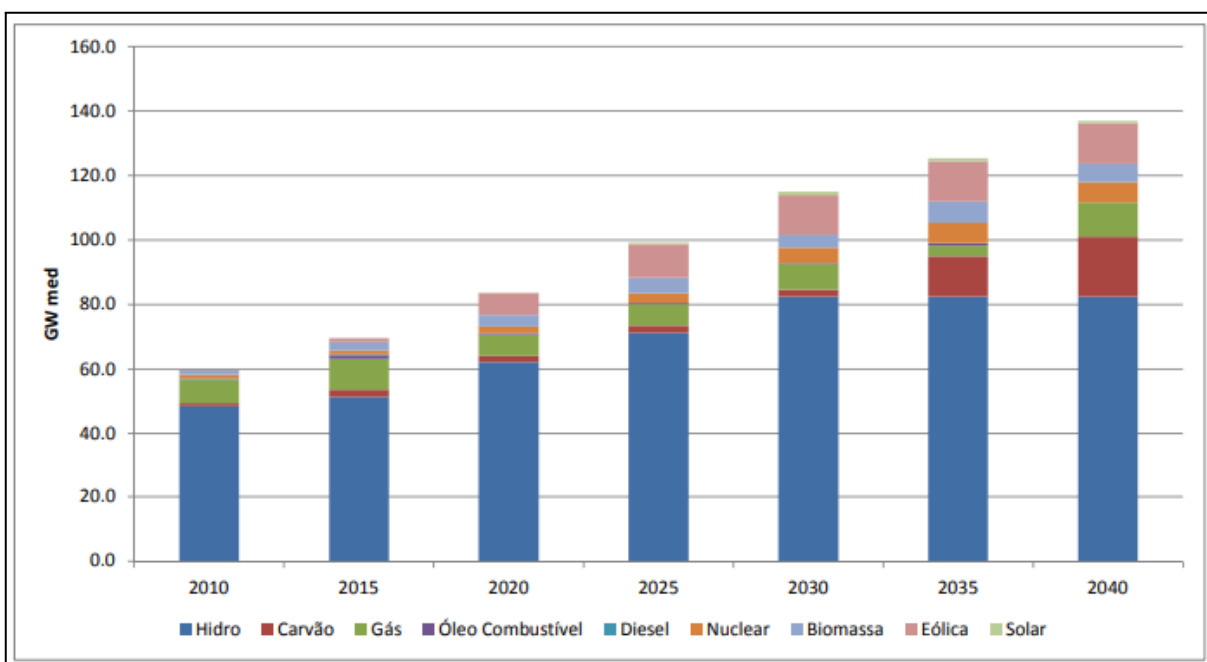


Figura 17 - Geração elétrica no Cenário Base 8.5 (GW médios)

Fonte: Brasil 2040

Dessa forma, deve ser visto qual o grande objetivo dessas energias postas como sustentáveis, isso porque, segundo o Observatório do Clima (2024), os documentos do Brasil 2040 apresentam um cuidado especial com a redução do

consumo do formato conhecido, assim redução do carvão e aumentos destas energias renováveis, assim considerando a comparação das projeções no quesito CO²: “as emissões no cenário Baseline RCP 4.5 crescem mais lentamente do que no cenário RCP 8.5”.

Ao adentrar as comparações de projeções como na figura 14, é viável questionar “como ficam as pessoas viventes nos locais de implementações?”. Assim adentrando a quinta face da opressão apresentada por Iris Marion Young (2006), a violência, a qual se manifesta tanto em agressões físicas quanto em ameaças, insegurança territorial e pressões permanentes que impactam diretamente o cotidiano dessas populações mencionadas.

Conclusão

O território é, antes de tudo, uma construção social, continuamente produzida e transformada pelas relações que nela se estabelecem. No entanto, nem todas as pessoas se reconhecem como agentes desse processo. Grande parte da população vivencia o território não como obra coletiva, mas como um território conduzido por decisões externas, formuladas por aqueles que detêm o poder político e econômico. Assim, muitos acabam atuando quase como funcionários permanentes da lógica imposta pelos grupos hegemônicos, participando das mudanças do território sem, de fato, serem protagonistas delas. Essa assimetria revela que a disputa territorial não é apenas material, mas também simbólica e política, e reforça a necessidade de compreender quem realmente dirige as transformações e quem apenas suporta seus efeitos.

Ao longo das análises realizadas, tanto nos conflitos catalogados pela CPT quanto nas reportagens e nas projeções do Brasil 2040, torna-se evidente que não há nenhum documento próprio à proteção, à permanência ou mesmo ao reconhecimento dos grupos que já habitam os territórios impactados pelas alterações climáticas e pelos novos empreendimentos energéticos. A figura 18, que projeta o aumento da demanda energética brasileira nas próximas décadas, ilustra uma expansão contínua das energias fósseis e renováveis, mas sem qualquer preocupação explícita, no documento, com a dimensão socioambiental desses avanços.

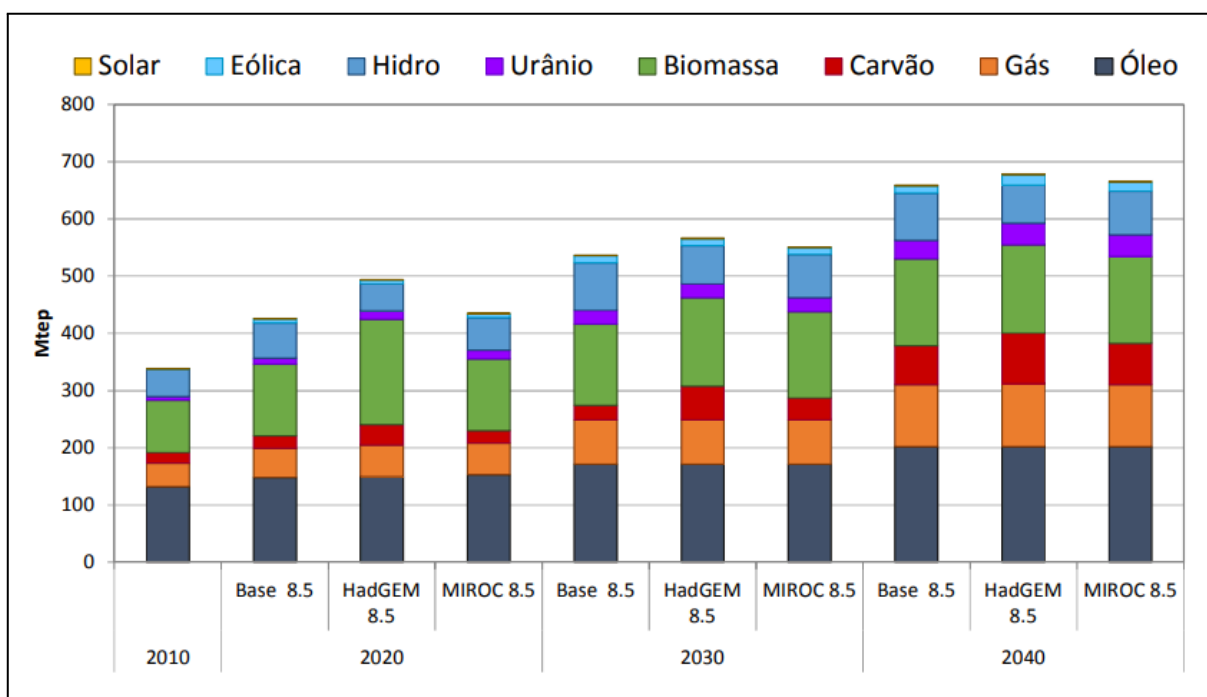


Figura 18 - Comparação dos Cenários RCP 8.5 – Energia Primária

Fonte: Brasil 2040

Sendo assim, não se observa um avanço de “consciência ambiental”, como diz Acseirad (2004), capaz de frear ou mitigar esse pensamento, ao contrário disso, as projeções climáticas sugerem que a intensificação da pressão sobre recursos hídricos e energéticos deverá ampliar ainda mais a vulnerabilidade das populações que já vivem em condição de conflito territorial, sobretudo camponeses, quilombolas, povos indígenas dentre outros mais.

Assim, esta análise entre conflitos (CPT), disputas narradas na mídia e cenários futuros (Brasil 2040) indica uma tendência preocupante: as áreas historicamente vulnerabilizadas tendem a tornar-se ainda mais pressionadas, tanto pela crise climática quanto pela reprodução de um modelo de desenvolvimento que continua excluindo quem já ocupa esses espaços. Para Harvey (2004), esse mecanismo não é um desvio do sistema, mas parte central do funcionamento do capitalismo contemporâneo, que transforma espaços antes destinados à reprodução da vida social em ativos econômicos voltados à reprodução do lucro. Quando observamos as projeções energéticas do Brasil 2040, marcadas por um crescimento contínuo da demanda e pelo avanço de infraestruturas energéticas sobre áreas rurais e zonas ambientalmente sensíveis, essa lógica se torna ainda mais evidente.

Dessa forma, as cinco faces da opressão ajudam a demonstrar que os conflitos de terra, de água e aqueles relacionados às disputas energéticas não são casos isolados, mas expressões de estruturas históricas que sustentam desigualdades profundas e que tendem a se intensificar diante dos cenários climáticos projetados pelo Brasil 2040.

As análises desenvolvidas ao longo deste trabalho permitem inferir que as alterações climáticas atuam como elementos catalisadores de conflitos territoriais, intensificando disputas já existentes e criando novas formas de tensão no espaço. Nesse contexto, os conflitos por terra tendem a se ampliar tanto pela necessidade contínua de expansão da área agrícola quanto pela pressão especulativa associada à transição energética e à crescente escassez hídrica. Paralelamente, os conflitos por energia mostram-se cada vez mais recorrentes, uma vez que a implantação de projetos energéticos, sobretudo em áreas rurais, ocorre de forma desigual, incidindo de maneira mais intensa sobre comunidades socialmente vulneráveis e historicamente marginalizadas.

Além disso, os conflitos relacionados à água configuram-se como particularmente críticos, considerando que as projeções climáticas indicam o aumento da escassez hídrica, da frequência de estiagens prolongadas e de eventos de seca. Esses processos aprofundam as disputas pelo acesso e controle dos recursos hídricos, reforçando desigualdades territoriais. Dessa forma, os conflitos por terra, energia e água não podem ser compreendidos de maneira isolada, pois se articulam e se sobrepõem a partir de um mesmo eixo estruturante: as alterações climáticas, entendidas como processos socialmente produzidos que reconfiguram o território e acentuam vulnerabilidades nos interiores da Bahia.

Sendo assim, é totalmente viável a inferência de que as alterações climáticas são catalisadoras de conflitos, mas é preciso mencionar que isso ocorre por causa da forma como agem com estas alterações.

Referências

ACSELRAD, Henri (org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fundação Heinrich Böll, 2004. ISBN 85-7316-583-5.

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS. Índice de Segurança Hídrica – ISH. Brasília: ANA, 2020. Mapa digital. Disponível em: <https://metadados.snirh.gov.br/geonetwork/srv/api/records/c349dc5a-0c01-4f14-9519-e3340fef2c66>. Acesso em: 7 dez. 2025.

AMARANTE, O. A. C. do et al. **Atlas do potencial eólico do Estado da Bahia**. Salvador: COELBA; ANEEL

AMARANTE, O. A. C. do; SILVA, F. de J. L. da; RIBEIRO, V. da C. M.; VIDAL, M. J. B.; MARTIN, R. S. **Atlas eólico da Bahia**. Salvador: Camargo-Schubert Engenharia; SECTI; CIEMAT; SENAI, 2013.

BLAIKIE, P. et al. At risk. Natural hazards, peoples vulnerability and disasters London: Routledge, 2003. 11 p.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Assentamentos. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentos>. Acesso em: 17 out. 2025.

BRASIL. Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. **Brasil 2040**. Brasília: SAE/PR, 2013.

BRASIL. Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. **Brasil 2040**. Brasília: SAE/PR, 2013.
Disponível em: <https://oc.eco.br/brasil-2040/>.
Acesso em: **25 de nov. 2025**

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Monitoramento da Cobertura e Uso da Terra: nota técnica 02/2022 – Considerações sobre a série histórica**. IBGE, 2022.

CAMAROTE, Elisa M. **Comunidades de Fundo de Pasto: afinal, quem são seus habitantes?** Salvador: Universidade Federal da Bahia, [s.d.].

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). *Conflitos no Campo Brasil 2020*. Goiânia: Comissão Pastoral da Terra, 2025.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). *Conflitos no Campo Brasil 2021*. Goiânia: Comissão Pastoral da Terra, 2025.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). *Conflitos no Campo Brasil 2022*. Goiânia: Comissão Pastoral da Terra, 2025.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). *Conflitos no Campo Brasil 2023*. Goiânia: Comissão Pastoral da Terra, 2025.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). *Conflitos no Campo Brasil 2024*. Goiânia: Comissão Pastoral da Terra, 2025.

CPT – Comissão Pastoral da Terra. *Grilagem e invasões ameaçam comunidades da Barra e Muquém de São Francisco.* 01 out. 2024. Disponível em: <https://cptnacional.org.br/2024/10/01/grilagem-e-invasoes-ameacam-comunidades-da-barra-e-muquem-de-sao-francisco/> Acesso em: 21 out. 2025.

CPT – Comissão Pastoral da Terra. *Comunidades tradicionais trocam experiências de lutas em defesa dos territórios e das águas em Correntina (BA).* 07 maio 2019. Disponível em: <https://cptnacional.org.br/2019/05/07/comunidades-tradicionais-trocam-experiencias-de-lutas-em-defesa-dos-territorios-e-das-aguas-em-correntina-ba/>>. Acesso em: 17 nov. 2025.

CPT – Comissão Pastoral da Terra. “*Não tenho força para enfrentar o poder do agronegócio*”, diz prefeito de Correntina sobre conflitos no Oeste baiano”. 03 jan. 2023. Disponível em: <https://cptnacional.org.br/2023/01/03/nao-tenho-forca-para-enfrentar-o-poder-do-agro-negocio-diz-prefeito-de-correntina-sobre-conflitos-no-oeste-baiano/>. Acesso em: 17 nov. 2025.

HARVEY, David. **O novo imperialismo.** 2. ed. São Paulo: Loyola, 2003

IBGE. Coordenação de Meio Ambiente. *Monitoramento da cobertura e uso da terra do Brasil: 2018/2020.* Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE. **Climate Change 2014: Synthesis Report. Contribution of Working Groups I, II and III to the Fifth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change.** Geneva: IPCC, 2014. Disponível em: https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/2018/03/ar5_wg2_spmport-1.pdf . Acesso em: 13 de nov. 2026.

IPCC, 2018: Annex I: **Glossary** [Matthews, J.B.R. (ed.)]. In: Global Warming of 1.5°C. An IPCC Special Report on the impacts of global warming of 1.5°C above pre-industrial levels and related global greenhouse gas emission pathways, in the context of strengthening the global response to the threat of climate change, sustainable development, and efforts to eradicate poverty [Masson-Delmotte, V., P. Zhai, H.-O. Pörtner, D. Roberts, J. Skea, P.R. Shukla, A. Pirani, W. Moufouma-Okia, C. Péan, R. Pidcock, S. Connors, J.B.R. Matthews, Y. Chen, X. Zhou, M.I. Gomis, E. Lonnoy, T. Maycock, M. Tignor, and T. Waterfield (eds.)]. Cambridge University Press, Cambridge, UK and New York, NY, USA, pp. 541-562, doi:10.1017/9781009157940.008. Disponível em: https://www.ipcc.ch/sr15/chapter/glossary/?utm_source=chatgpt.com . Acesso em: 13 de nov. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Base de Dados de Informações Ambientais (BDIA): pedologia.** Rio de Janeiro: IBGE, [s.d.]. Disponível em: <https://bdiaweb.ibge.gov.br/#/consulta/pedologia> . Acesso em: 10 out. 2025.

LA AGONÍA de un mito: ¿Cómo reformular el “desarrollo”? Cuadernos de trabajo sobre el desarrollo. Madrid: ALAI; SODEPAZ, [s.d.]. ISBN em trámite. Licença Creative Commons Atribución 2.0

MAPBIOMAS. Risco climático: Índice de Segurança Hídrica por classe. Coleção **Beta**. Projeto MapBiomass. Disponível em: <https://plataforma.mapbiomas.org/>. Acesso em: **20 de Outubro de 2025**.

OBSERVATÓRIO DO CLIMA. *Brasil 2040: documentos do estudo sobre impactos das mudanças climáticas no Brasil*. Disponível em: <https://oc.eco.br/brasil-2040/>. Acesso em: **25 de nov. 2025**.

PEREIRA, Lorena Izá. **As contradições da apropriação privada dos ventos: o caso do estado da Bahia**. *Boletim Alfenense de Geografia*, Alfenas, v. 3, n. 5, p. 93–123, 2023. ISSN 2764-1422. DOI: <https://doi.org/10.29327/2434943.5-5>.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A reinvenção dos territórios: a experiência latino-americana e caribenha. In: CECEÑA, Ana Esther (org.). *Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado*. Buenos Aires: CLACSO, 2006. p. 151-197. ISBN 987-1183-34-8.

ROCHA, Hervalito Fernandes. **A ambivalência do desenvolvimento sustentável: análise dos impactos da territorialização dos parques eólicos nas comunidades de fundo de pasto da Caatinga do estado da Bahia**. 2025. Tese (Doutorado em Ambiente e Sociedade) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2025.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia**. 6. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SANTOS, Andréa Souza. **Vulnerabilidade socioambientais diante das mudanças climáticas projetadas para o semi-árido da Bahia**. 2008. 153 f., il. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável)-Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

SEEG – Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa. **Emissões de GEE (2024)** – Bahia. Plataforma SEEG, 2024. Disponível em: <https://plataforma.seeg.eco.br/territorio/bahia>. Acesso em: 6 dez. 2025.

YOUNG, Iris Marion. **Representação política, identidade e minorias**. Tradução de Alexandre Morales. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, São Paulo, n. 67, p. 133-167, 2006